

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO
DE
MONTEIRO - PARAÍBA**

8ª Edição

Texto Constitucional Municipal promulgado em 5 de abril de 1990, nesta 8ª edição com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais Municipais nº 001/1993 a 019/2009; 015/2010, 016/2010, 020/2010, 021/2010, 01/2011; pelas Emendas de Revisão nº 01 a 14/2009 e pelas Resoluções nº 163/2013 e 165/2013, presentes no Anexo I desta Lei Orgânica.

MONTEIRO - 2016

NOTA

As alterações decorrentes das Emendas Constitucionais Municipais e Emendas Constitucionais de Revisão já estão incorporadas ao texto atual. Ao final de cada artigo, inciso ou parágrafos alterados estão informadas, entre parêntesis, as Emendas modificadoras.

PREÂMBULO

Nós, os representantes do povo monteirense, reunidos em Assembleia Municipal Constituinte, conforme os preceitos da Constituição Federal e da Constituição do Estado da Paraíba, objetivando o desenvolvimento municipal e o bem-estar da coletividade, decretamos e promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB**.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Art. 1º - O Município de Monteiro, pessoa jurídica de direito público interno, no pleno uso de sua autonomia política, administrativa e financeira, integra a divisão administrativa do Estado da Paraíba e rege-se por esta Lei Orgânica, votada e aprovada por sua Câmara de Vereadores.

Art. 2º - O território do Município poderá ser dividido em distritos criados, organizados e suprimidos por Lei Municipal, observada a legislação estadual, a consulta plebiscitária e o disposto nesta Lei Orgânica.

Art. 3º - A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade, enquanto a sede de distrito tem a categoria de vila.

CAPÍTULO II DOS BENS

Art. 4º - Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direito e ações que a qualquer título lhe pertençam.

Parágrafo Único - O Município tem direito à participação no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais de seu território.

CAPÍTULO III DOS SÍMBOLOS MUNICIPAIS

Art. 5º - São os símbolos do Município: o Brasão, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura e história.

Parágrafo Único – Considera-se o dia 28 de junho como a data magna do município. (ER 10/2009)

TÍTULO II DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL

Art. 6º - Compete ao Município:

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas verbas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas, e publicar balancetes nos prazos fixados por lei;
- IV – criar, organizar, e suprimir distritos, observando o disposto nesta Lei Orgânica e na Legislação Estadual pertinente;

V– instituir guarda municipal, sem poder de polícia, destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;

VI– dispor sobre a organização e execução dos seus serviços;

VII–organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, entre outros, os seguintes serviços:

- a) transporte coletivo e intermunicipal, que terá caráter essencial;
- b) abastecimento de água e esgoto sanitário;
- c) mercado, feira e matadouro locais;
- d) cemitério e serviços funerários;
- e) iluminação pública;
- f) limpeza pública, coleta domiciliar e destinação final do lixo.

VIII– manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e ensino fundamental, bem como programas de alfabetização;

IX– prestar, com a cooperação técnica da União e do Estado, bem como financeira, serviços de atendimento à saúde da população;

X– promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

XI– promover a cultura e a recreação, bem como incentivar o turismo local como fator de desenvolvimento socioeconômico;

XII– fomentar a produção agropecuária e demais atividades econômicas, inclusive a artesanal;

XIII– preservar as florestas, a fauna e a flora;

XIV–realizar serviços de assistência social, diretamente ou por meio de instituições privadas, conforme critérios e condições fixadas em Lei Municipal;

XV–realizar programas de apoio às práticas desportivas;

XVI– realizar atividades de defesa civil, inclusive a de combate a incêndios e prevenção de acidentes naturais em coordenação com a União e o Estado;

XVII– promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

XVIII – elaborar e executar o plano diretor;

XIX – executar obras de:

- a) abertura, pavimentação e conservação de vias;
- b) drenagem pluvial;
- c) construção e conservação de estradas, parques, jardins, hortas florestais e reservatórios de água;
- d) construção e conservação de estradas vicinais;
- e) edificação e conservação de prédios públicos municipais.

XX – fixar:

- a) tarifas de serviços públicos, inclusive dos serviços de táxis;
- b) horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;

XXI–sinalizar as vias públicas urbanas e regulamentar as vias rurais com largura mínima de 7 (sete) metros, sendo 3,50 (três metros e meio) partindo do centro para as margens, direita e esquerda;

XXII– regulamentar a utilização de vias e logradouros públicos;

XXIII – conceder licença para:

- a) localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;
- b) afixação de cartazes, letreiros, anúncios, faixas, emblemas e utilização de alto-falantes para fins de publicidade e propaganda;
- c) exercício de comércio eventual e ambulante;
- d) realização de jogos, espetáculos e divertimentos públicos, observadas as prescrições legais;
- e) prestação de serviços de táxis;

XXIV – organizar o seu quadro de pessoal e estabelecer o regime jurídico dos seus servidores;

XXV – dispor sobre administração, alienação e utilização de seus bens;

XXVI – adquirir bens, inclusive através de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

XXVII – dispor sobre o depósito de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão de normas municipais, bem como deliberar sobre a sua venda em leilão público, após esgotado o prazo previsto em Lei;

XXVIII –estabelecer e impor penalidade por infração de suas leis ou regulamentos;

XXIX –promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

Art. 7º - Além das competências previstas no artigo anterior, o Município atuará em cooperação com a União e o Estado para o exercício das competências enumeradas no artigo 23 da Constituição Federal, desde que as condições sejam de interesse do Município.

TÍTULO III

DO GOVERNO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DOS PODERES MUNICIPAIS

Art. 8º - O governo municipal é constituído pelos Poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.

Parágrafo Único - É vedado aos poderes municipais à delegação recíproca de atribuições, salvo nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 9º - O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, eleitos para cada legislatura entre cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos, no exercício dos direitos políticos, pelo voto secreto e direto.

Parágrafo Único - Cada legislatura terá a duração fixada pela Lei Eleitoral.

Art. 10 - O número de vagas para a Câmara Municipal do Município de Monteiro será o que determina a Constituição Federal no seu artigo 29, inciso IV, letra c. (ELOM nº 01/2011).

Parágrafo Único- A Câmara Municipal de Monteiro regulamentará sempre que houver alteração na legislação superior.

Art. 11 - Salvo disposição em contrário desta Lei Orgânica, as deliberações da Câmara Municipal e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros.

SEÇÃO II DA POSSE

Art. 12 - A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão preparatória, no dia 1º de janeiro do primeiro ano da legislatura, para a posse dos seus membros.

§ 1º - Sob a presidência do vereador mais votado entre os presentes, os demais vereadores prestarão compromisso e tomarão posse, cabendo a todos prestarem o seguinte compromisso: **“PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL; OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM-ESTAR DO SEU POVO”**.

§ 2º - O vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo deverá fazê-lo no prazo de 15(quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal.

§ 3º- No ato da posse os vereadores deverão desincompatibilizar-se e fazer declaração de seus bens, repetida quando do término do mandato, sendo ambas transcritas em livro próprio, resumidas em ata e divulgadas para o conhecimento público.

SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 13 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

I – assunto de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e a estadual, notadamente sobre:

a) a saúde, assistência pública, proteção e a garantia das pessoas portadoras de deficiências;

- b) a proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos do Município;
- c) a impedir a evasão, destruição e descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico e cultural do Município;
- d) a abertura de meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- e) a proteção ao meio ambiente e ao combate à poluição;
- f) o incentivo à indústria e ao comércio;
- g) a criação de distritos industriais;
- h) o fomento da produção agropecuária e à organização do abastecimento alimentar;
- i) a promoção de programas de construção de moradias, melhorando as condições habitacionais e de saneamento básico;
- j) o combate às causas de pobreza e aos fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- l) o registro, o acompanhamento e à fiscalização das concessões de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;
- m) o estabelecimento e a implantação da política de educação para o trânsito;
- n) a cooperação com a União e o Estado, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar, atendidas as normas fixadas em Lei Complementar Federal;
- o) o uso e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins;
- p) as políticas públicas do Município.

II – tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

III – orçamento anual, plano plurianual e diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV – obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como sobre a forma e os meios de pagamentos;

V – concessão de auxílios e subvenções;

VI – concessão e permissão de serviços públicos;

VII – concessão de direitos reais de uso de bens municipais;

VIII – alienação e concessão de bens imóveis;

IX – aquisição de bens imóveis, quando se tratar de doação;

X – criação, organização e supressão de distritos, observada a legislação estadual;

XI – criação, alteração e extinção de cargos, emprego ou funções públicas e fixação da respectiva remuneração;

XII – Plano Diretor;

XIII – alteração de denominação de vias e logradouros públicos;

XIV – Guarda Municipal, sem poder de polícia, destinada a proteger bens, serviços e instalações do Município;

XV – ordenamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano;

XVI – organização e prestação de serviços públicos.

Art. 14 - Compete a Câmara Municipal, entre outras, as seguintes atribuições:

I - eleger sua Mesa Diretora, bem como destituí-la na forma desta Lei Orgânica e do Regimento Interno;

II – elaborar o seu Regimento Interno;

III – fixar a remuneração do Prefeito, do Vice – Prefeito e dos Vereadores, observando-se o disposto no inciso V do Art. 29 da Constituição Federal e o estabelecido nesta Lei Orgânica;

IV – exercer com auxílio do Tribunal de Contas ou órgão estadual competente, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;

V – julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução do plano de governo;

VI – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VII – dispor sobre sua organização, funcionamento, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixar a respectiva remuneração;

VIII – autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, quando a ausência exceder a 15 (quinze) dias;

IX – mudar temporariamente a sua sede;

X – fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta e fundacional;

XI – Proceder à tomada de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentadas à Câmara dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa;

XII – processar e julgar os vereadores, na forma desta Lei Orgânica;

XIII – representar ao Procurador Geral da Justiça, mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos seus membros, contra o Prefeito, o Vice – Prefeito e Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, pela prática de crime contra a administração pública que tiver conhecimento;

XIV – dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do cargo, nos termos previstos em lei;

XV – conceder licença ao Prefeito, ao Vice–Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo;

XVI – criar comissões especiais de inquéritos sobre fatos determinados que se inclua na sua competência, sempre que o requerer, pelo menos 1/3 (um terço) dos membros da Câmara;

XVII – convocar os secretários municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar informações sobre matéria de sua competência;

XVIII – solicitar informações ao Prefeito Municipal sobre assuntos referentes à administração;

XIX – autorizar referendo e convocar plebiscito;

XX – decidir sobre a perda de mandato do vereador, por voto secreto e maioria absoluta, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica;

XXI – conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviço ao Município, mediante Decreto Legislativo aprovado pela maioria de 2/3 (dois terços) dos seus membros.

§ 1º - É fixado em 8 (oito) dias, prorrogável por 48 (quarenta e oito) horas, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da administração direta e indireta do Município prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pela Câmara Municipal na forma desta Lei Orgânica.

§ 2º - O não atendimento no prazo estipulado no parágrafo anterior, faculta ao Presidente da Câmara solicitar, na conformidade da legislação vigente, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação.

SEÇÃO IV DO EXAME PÚBLICO DAS CONTAS MUNICIPAIS

Art. 15 - As contas do Município ficarão à disposição dos cidadãos durante 60 (sessenta) dias, a partir de 15 (quinze) de abril de cada exercício no horário de funcionamento da Câmara Municipal, em local de fácil acesso ao público.

§ 1º - A consulta às contas municipais poderá ser feita por qualquer cidadão, independente, de requerimento, autorização ou despacho de qualquer autoridade.

§ 2º - A consulta só poderá ser feita no recinto da Câmara e haverá pelo menos 3(três) cópias à disposição do público.

§ 3º - A reclamação apresentada deverá:

- I – ter a identificação e a qualificação do reclamante;
- II – ser apresentada em 4 (quatro) vias ao protocolo da Câmara;
- III – conter elementos e provas nas quais se fundamente o reclamante.

§ 4º - As vias de reclamação apresentadas no protocolo da Câmara terão a seguinte destinação:

- I – a primeira via deverá ser encaminhada pela Câmara ao Tribunal de Contas, ou órgão equivalente, mediante ofício;
- II – a segunda via deverá ser anexada às contas à disposição do público pelo prazo que restar ao exame e a apreciação;
- III – a terceira via se constituirá em recibo do reclamante e deverá ser autenticada pelo servidor que a receber no protocolo;
- IV – a quarta via será arquivada na Câmara Municipal.

§ 5º - A anexação da segunda via, de que trata o inciso II do parágrafo 4º deste artigo, independerá do despacho de qualquer autoridade e deverá ser feita no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pelo servidor que tenha recebido o protocolo na Câmara, sob pena de suspensão, sem vencimento, pelo prazo de 15 (quinze) dias.

§ 6º - A Câmara Municipal enviará ao reclamante cópia da correspondência que encaminhou ao Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

SEÇÃO V DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

Art. 16 - A remuneração do Prefeito, do Vice–Prefeito e dos Vereadores será fixada pela Câmara Municipal até o final do período ordinário no último ano da legislatura, em moeda corrente no País, vigorando para a legislatura seguinte, observado o disposto na Constituição Federal. (ER 01/2009).

§ 1º - Revogado. (ELO 007/2004, ER 01/2009)

§ 2º - Os subsídios de que tratam o parágrafo anterior serão fixados em parcela única, vedado o acréscimo de quaisquer gratificações, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. (ELO 007/2004)

§ 3º - Revogado. (ELO 007/2004)

§ 4º - Revogado. (ELO 007/2004)

§ 5º - Revogado.(ELO 007/2004)

§ 6º - Revogado.(ELO 007/2004)

§ 7º - A indenização de despesas com viagens do Prefeito, Vice – Prefeito e Vereador, será fixada em Decreto Legislativo e não será considerada como remuneração.

Art. 17 - No caso de não fixação da remuneração pela Câmara anterior prevalecerá a remuneração do último mês da legislatura passada, sendo este valor atualizado monetariamente pelo índice oficial. (ELO 007/2004, ER 01/2009)

§ 1º Revogado. (ELO 007/2004)

§ 2º Poderá ser paga ao vereador uma indenização por sessão extraordinária, à base de 1/30 (um trinta avos) do valor da remuneração mensal por sessão, até um limite de 8(oito) por mês.

SEÇÃO VI DA ELEIÇÃO DA MESA

Art. 18 - Imediatamente após a posse, os vereadores reunir-se-ão sob a presidência do vereador mais votado entre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

§ 1º - O mandato da mesa diretora será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido seus membros através do processo de reeleição. (ELO 005/2002, ER 09/2009).

§ 2º - Na hipótese de não haver número suficiente para eleição da mesa, o vereador mais votado entre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a mesa e no caso de reeleição permanecerá na presidência o Vice Presidente até que seja eleita a nova mesa. (ELO 005/2002).

§ 3º - A eleição para renovação da Mesa Diretora da Câmara será realizada a qualquer tempo mediante convocação da Mesa Diretora por Requerimento de no mínimo um terço dos membros deste Poder Legislativo. (ER 02/2009, ELO 015/2010, ELO 020/2010, Res. 165/2013).

§ 4º - A Mesa Diretora será composta de: Presidente, Vice – Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

§ 5º - A eleição da Mesa será por voto declarado.

§ 6º - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, quando faltoso, omissivo ou ineficiente no desempenho de suas atribuições, devendo o Regimento Interno da Casa dispor sobre o processo de destituição e sobre a substituição do membro destituído.

SEÇÃO VII DAS ATRIBUIÇÕES DA MESA

Art. 19 - Compete à Mesa da Câmara Municipal, além de outras atribuições estipuladas no Regimento Interno:

I – enviar ao Prefeito, até o dia 1º de março, as contas do exercício anterior;

II – propor ao plenário projeto de resolução que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como a fixação da respectiva remuneração, observadas as determinações legais;

III – declarar a perda do mandato do Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer membro da Câmara, nos casos previstos nesta Lei Orgânica, assegurada ampla defesa, nos termos do Regimento Interno;

IV – elaborar e encaminhar ao Prefeito, até o dia 31 de agosto, após a aprovação do plenário, a proposta parcial do orçamento da Câmara, para ser incluída na proposta geral do Município, prevalecendo, na hipótese da não aprovação pelo plenário, a proposta elaborada pela Mesa.

Parágrafo Único – A Mesa decidirá sempre por maioria dos seus membros.

SEÇÃO VIII DAS SESSÕES

Art. 20 -A Sessão Legislativa Anual Ordinária desenvolve-se em dois períodos: de 1º de fevereiro a 30 de maio e de 1º de julho a 20 de dezembro, independente de convocação pessoal.(ELO 001/1993, ELO 008/2004, ELO 011/2005, ELO 013/2006, ELO 017/2007).

§ 1º - As reuniões marcadas para o período estabelecido no *caput* deste artigo, serão realizadas as quintas-feiras, a partir das 20h00min (vinte horas).(ELO 003/2001, ELO 004/2002, ELO 012/2006, ELO 018/2007,ELO 019/2009).

§ 2º - A Câmara Municipal reunir-se-á em sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e secretas, conforme dispuser o seu Regimento Interno, e as remunerará de acordo com o estabelecido nesta Lei Orgânica e na Legislação específica.

Art. 21 - As sessões da Câmara Municipal somente poderão ser abertas com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos seus membros, e deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, com acesso ao público, salvo deliberação em contrário.

Parágrafo Único - Por decisão do plenário, as sessões poderão ser realizadas em outro local.

Art. 22 - A convocação extraordinária da Câmara Municipal dar-se-á:

- I – pelo Prefeito, quando este a entender necessária;
- II – pelo Presidente da Câmara;
- III – a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal deliberará somente sobre a matéria para a qual foi convocada.

SEÇÃO IX DAS COMISSÕES

Art. 23 - A Câmara Municipal terá comissões permanentes e especiais constituídas na forma e com as atribuições definidas no Regimento Interno ou no ato de que resultar a sua criação.

§ 1º - Em cada comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

§ 2º - Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

- I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento, a competência do plenário, salvo se houver recursos de 1/10 (um décimo) dos membros da Câmara;
- II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- III – convocar secretários municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar informações sobre o assunto de interesse às suas atribuições;
- IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
- V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- VI – apreciar programas de obras e planos e sobre eles emitir parecer;
- VII – acompanhar junto à Prefeitura Municipal a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução.

Art. 24 - As comissões especiais de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas pela Câmara mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

SEÇÃO X DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 25 - Compete ao Presidente da Câmara, além de outras atribuições estipuladas no Regimento Interno:

- I – representar a Câmara Municipal;
- II – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

- III – interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
- IV – promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as leis que receberem sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito;
- V – fazer publicar os atos da Mesa, bem como as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis por ele promulgadas;
- VI – declarar extinto o mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;
- VII – apresentar ao plenário, até o dia 20 (vinte) de cada mês o balanço relativo aos recursos recebidos e as despesas realizadas no mês anterior;
- VIII – requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;
- IX – exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em lei;
- X – designar comissões especiais nos termos regimentais, observadas as indicações partidárias;
- XI – mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa dos direitos e esclarecimentos de situações;
- XII – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;
- XIII – administrar os serviços da Câmara Municipal, fazendo lavrar os atos pertinentes a essa área de gestão.

Art. 26 - O Presidente da Câmara, ou quem o substituir, manifestará o seu voto em qualquer votação no plenário. (ELO 009/2004, ER 03/2009)

SEÇÃO XI DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 27 - Ao Vice-Presidente compete, além das atribuições contidas no Regimento Interno, as seguintes:

- I – promulgar e fazer promulgar, obrigatoriamente, as Resoluções e os Decretos Legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixe de fazê-lo no prazo estabelecido;
- II – substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;
- III – promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as Leis quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo.

SEÇÃO XII DO SECRETÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 28 - Ao Secretário compete, além das atribuições contidas no Regimento Interno, as seguintes:

- I – redigir a ata das sessões secretas e das reuniões da Mesa;
- II – acompanhar e supervisionar a redação das atas das demais sessões e proceder a sua leitura;
- III – fazer a chamada dos vereadores;

IV – registrar, em livro próprio, os procedentes firmados na aplicação do Regimento Interno;

V – fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

VI – substituir os demais membros da Mesa, quando necessários;

VII – auxiliar o Presidente na administração dos trabalhos da Câmara.

SEÇÃO XIII
DOS VEREADORES
SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 - Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município e não serão obrigados a testemunhar perante a Câmara sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiarem ou delas receberem informações.

SUBSEÇÃO II
DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 30 - Os vereadores não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) aceitar ou exercer cargos, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis sem formalidades, nas entidades constantes na alínea anterior.

II – desde a posse:

- a) ser proprietário de empresas que gozem de favor decorrente de contrato celebrado com o Município;
- b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis sem formalidade nas entidades referidas na alínea “a” do inciso I, salvo o cargo de Secretário Municipal ou equivalente;
- c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea “a” do inciso I;
- d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Parágrafo Único - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos previstos no Regimento Interno, o abuso de prerrogativas asseguradas aos vereadores ou a percepção, por estes, de vantagens indevidas.

Art. 31 – Revogado. (ER 04/2009)

Art. 32 - Os servidores que exerçam cargos de secretário municipal ou assessoramento direto do Poder Executivo, deverão afastar-se dos seus respectivos cargos 6 (seis) meses antes das eleições municipais, sob pena de serem considerados inelegíveis.

Art. 33 - Perderá o mandato o Vereador:

- I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
- III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença ou de missão oficial autorizada;
- IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
- V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;
- VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;
- VII – que deixar de ter domicílio no Município;
- VIII – que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido nesta Lei Orgânica.

§ 1º - Extingue-se o mandato, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer falecimento ou renúncia por escrito do vereador.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II, VI e VII deste artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto secreto de 2/3 (dois terços) dos membros da Casa, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos dos incisos III, IV, V e VIII, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer vereador ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

SUBSEÇÃO III DO VEREADOR SERVIDOR PÚBLICO

Art. 34 - O exercício de vereança por servidor público se dará de acordo com as determinações da Constituição Federal.

Parágrafo Único - O vereador ocupante de cargo, emprego ou função pública municipal é inamovível de ofício pelo tempo de duração do seu mandato.

SUBSEÇÃO IV DAS LICENÇAS

Art. 35 - O vereador poderá licenciar-se: (016/2007), (Res. 163/2013).

I – por motivo de saúde, devidamente comprovado por junta médica oficial sediada no Município, desde que o período seja superior a 121 dias;

II – Para tratar de interesse particular;

§ 1º - Nos casos previstos nos incisos I e II, não poderá o vereador reassumir antes que tenha escoado o prazo de sua licença.

§ 2º - Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o vereador licenciado nos termos do inciso I.

§ 3º - O vereador investido no cargo de Secretário Municipal do Município de Monteiro será considerado automaticamente licenciado, podendo optar pela remuneração da vereança.

§ 4º - O afastamento para o desempenho de missões temporárias de interesse do Município não será considerado como licença, fazendo o vereador jus à remuneração.

§ 5º - O Vereador licenciado será remunerado pelo órgão requisitante. (ELO 016/2007).

SUBSEÇÃO V DA CONVOCAÇÃO DOS SUPLENTE

Art. 36 - No caso de vaga, licença ou investidura no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, far-se-á convocação do suplente pelo Presidente da Câmara.

§ 1º - O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2º - Ocorrendo vaga, e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º - Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos vereadores remanescentes.

SEÇÃO XIV DO PROCESSO LEGISLATIVO SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 37 - O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

- I- Emenda à Lei Orgânica Municipal;
- II- Leis Complementares;
- III - Leis Ordinárias;
- IV- Leis Delegadas;
- V- Medidas Provisórias;
- VI- Decretos Legislativos;
- VII - Resoluções.

Parágrafo Único - Lei Complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis definidas no caput deste artigo. (ER 13/2009).

SUBSEÇÃO II DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Art. 38 - A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

- I- de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara;
- II – do Prefeito Municipal;
- III – de iniciativa popular.

§ 1º - A proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal será discutida e votada em 2 (dois) turnos, considerando-se aprovada se obtiver 2/3 (dois terços) dos votos dos membros da Câmara.

§ 2º - A Emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

SUBSEÇÃO III DAS LEIS

Art. 39 - A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer Vereador ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 40 - Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa das Leis que versem sobre:

- I – Regime Jurídico dos Servidores;
- II – criação de cargos, empregos e funções da administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;
- III – Orçamento anual, Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual;
- IV – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração direta do Município.

Art. 41 - A iniciativa popular será exercida pela apresentação à Câmara Municipal de Projeto-de-lei subscrito por, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos eleitores inscritos no Município, contendo assunto de interesse específico do Município, da cidade ou do bairro.

§ 1º - A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se para o seu recebimento pela Câmara a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral, bem como a certidão expedida pelo órgão da cidade ou do Município.

§ 2º - A tramitação dos Projetosdelei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo.

§ 3º - Caberá ao Regimento Interno da Câmara assegurar e dispor sobre o modo pelo qual os projetos de iniciativa popular serão defendidos na tribuna da Câmara.

Art. 42 - São objeto de leis complementares as seguintes matérias:

- I- Código Tributário Municipal;

- II- Código de Obras ou de Edificações;
- III -Código de Posturas;
- IV-Código de Zoneamento;
- V-Código de Parcelamento do Solo;
- VI- Plano Diretor;
- VII -Regime Jurídico dos Servidores.

Parágrafo Único - As Leis Complementares exigem para sua aprovação o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 43 - As Leis Delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência privativa da Câmara e a legislação sobre Planos Plurianuais, Orçamentos e Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º - A delegação ao Prefeito terá a forma de Decreto Legislativo da Câmara Municipal, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - Se o Decreto Legislativo determinar a apreciação da Lei Delegada pela Câmara, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 44 - O Prefeito Municipal, em caso de calamidade pública, poderá adotar a medida provisória, com força de lei, para abertura de crédito extraordinário, devendo submetê-la de imediato à Câmara Municipal que, estando em recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, improrrogável.

Parágrafo Único - A medida provisória perderá a eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da sua publicação, devendo a Câmara Municipal disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.

Art. 45 - O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º - Decorrido, sem deliberação, o prazo fixado no *caput* deste artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação sobre qualquer matéria, exceto medida provisória, veto e Leis Orçamentárias.

§ 2º - O prazo referido neste artigo não corre no período de recesso da Câmara, e nem se aplica aos projetos de codificação.

§ 3º - Durante o período de recesso, o Prefeito poderá solicitar urgência urgentíssima para apreciação de matéria de interesse do Município, devendo nesse caso, a Câmara decidir sobre a matéria no prazo de 8 (oito) dias a contar do seu recebimento.

Art. 46 - O Projeto-de-lei aprovado pela Câmara será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo seu Presidente ao Prefeito Municipal que, concordando, o sancionará no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 1º - Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

§ 2º - Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

§ 3º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4º - O veto será apreciado no prazo de 15 (quinze) dias, contado do seu recebimento, com parecer ou sem ele, em uma única discussão e votação.

§ 5º - O veto somente será rejeitado pela maioria absoluta dos vereadores, mediante votação pública.

§ 6º - Esgotado em deliberação o prazo previsto no § 4º deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final, exceto medida provisória.

§ 7º - Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito, 48 (quarenta e oito) horas para promulgação.

§ 8º - Se o Prefeito não promulgar a lei nos prazos previstos e, ainda no caso de sanção tácita, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caberá ao Vice-Presidente obrigatoriamente fazê-lo.

§ 9º - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

Art. 47 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 48 - A resolução destina-se a regular matéria político-administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva, não dependendo de sanção ou veto do Prefeito.

Art. 49 - O Decreto Legislativo destina-se a regular matéria de competência exclusiva da Câmara que produza efeitos externos, não dependendo de sanção ou veto do Prefeito.

Art. 50 - O processo legislativo das Resoluções e dos Decretos Legislativos se dará conforme determinado no Regimento Interno da Câmara, observado no que couber, o disposto nesta Lei Orgânica.

CAPÍTULO III
DO PODER EXECUTIVO
SEÇÃO I
DO PREFEITO MUNICIPAL

Art. 51 - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Art. 52 - O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos, simultaneamente para cada legislatura, por eleição direta, em sufrágio universal e secreto.

§ 1º - Proclamados oficialmente os resultados das eleições municipais, o Prefeito eleito poderá indicar uma comissão de transição, destinada a proceder ao levantamento das condições administrativas do Município.

§ 2º - O Prefeito em exercício não poderá dificultar os trabalhos da comissão, nem retardar ou impedir o início dos trabalhos.

Art. 53 - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão solene da Câmara Municipal ou, se esta não estiver reunida, perante a autoridade judiciária competente, ocasião em que prestarão o seguinte compromisso: **“PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL; OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DOS MUNICÍPIES E EXERCER O CARGO SOB INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA, DA LEGITIMIDADE E DA LEGALIDADE”**.

§ 1º - Se até o dia 10 (dez) de janeiro, o Prefeito ou o Vice-Prefeito não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 2º - Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º - No ato de posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, resumida em ata e divulgada para o conhecimento público.

§ 4º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pela legislação local, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele convocado para missões especiais, o substituirá nos casos de licença e o sucederá no caso de vacância de cargo.

Art. 54 - Em caso de impedimento ao Prefeito e do Vice-Prefeito ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - A recusa do Presidente em assumir a Prefeitura, implicará na perda do cargo que ocupa na Mesa Diretora.

SEÇÃO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 55 - O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, desde a posse, sob pena de perda do mandato:

I- Firmar ou manter contrato com o Município ou com suas autarquias e empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviço municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II – Aceitar ou exercer cargos, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível sem formalidade, na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no artigo 38 da Constituição Federal;

III – Ser titular de mais de um mandato eletivo;

IV – Patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades mencionadas no inciso I deste artigo;

V – Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nela exercer função remunerada;

VI – Fixar residência fora do Município.

SEÇÃO III DAS LICENÇAS

Art. 56 - O Prefeito não poderá ausentar-se do Município, sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do mandato, por período superior a 15 (quinze) dias.

Art. 57 - O Prefeito poderá licenciar-se quando impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada.

Parágrafo Único - No caso previsto neste artigo e de ausência em missão oficial, o Prefeito licenciado fará jus à sua remuneração integral.

SEÇÃO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 58 - Compete privativamente ao Prefeito:

I- Representar o Município em juízo e fora dele;

II- Exercer a direção superior da administração pública municipal;

III – Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

IV – Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V – Vetar projetos delei, total ou parcialmente;

VI – Enviar à Câmara Municipal o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município;

VII – Editar medidas provisórias, na forma desta Lei Orgânica;

VIII – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

IX – Remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;

X – Prestar, anualmente, a Câmara Municipal, dentro do prazo legal, as contas do Município referentes ao exercício anterior;

XI – Prover e extinguir os cargos, os empregos e as funções públicas municipais, na forma da lei;

XII – Decretar, nos termos legais, desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;

XIII – Celebrar convênios com entidades públicas privadas para a realização de objetivos de interesse do Município;

XIV – Prestar à Câmara, dentro de 30 (trinta) dias, as informações solicitadas, podendo o prazo ser prorrogado com autorização legislativa, de acordo com a complexidade da matéria ou pela dificuldade de obtenção dos dados solicitados;

XV – Publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

XVI – Entregar à Câmara Municipal, no prazo legal, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias;

XVII – Solicitar o auxílio das forças policiais para garantir o cumprimento de seus atos, bem como fazer uso da Guarda Municipal, na forma da lei;

XVIII – Decretar calamidade pública, quando ocorrerem fatos que a justifiquem;

XIX – Convocar extraordinariamente a Câmara;

XX – Fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e permitidos, bem como daqueles explorados pelo próprio Município, conforme critérios estabelecidos na legislação municipal;

XXI – Requerer à autoridade competente a prisão administrativa de servidor público municipal omissos ou remissos na prestação de contas dos dinheiros públicos;

XXII – Superintender a arrecadação dos tributos e preços, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e os pagamentos, dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos critérios autorizados pela Câmara;

XXIII – Aplicar as multas previstas na legislação e nos contratos ou convênios, bem como relevá-las quando for o caso;

XXIV – Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e membros da comunidade;

XXV – Resolver sobre os requerimentos, as reclamações ou as representações que lhe forem dirigidas;

XXVI – Administrar os bens municipais, respeitada a competência da Câmara Municipal, quanto aos bens empregados a seu serviço.

§ 1º - O Prefeito poderá delegar as atribuições previstas nos incisos XIII, XXII, XXIII e XXV deste artigo.

§ 2º - O Prefeito poderá, a qualquer momento, segundo seu único critério, avocar a si a competência delegada.

SEÇÃO V DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO

Art. 59 - O Prefeito, por meio de ato administrativo, estabelecerá as atribuições dos seus auxiliares diretos, definindo lhes competência, deveres e responsabilidades.

§ 1º - Os auxiliares diretos do Prefeito são solidariamente responsáveis, junto com este, pelos atos que assinarem ordenarem ou praticarem.

§ 2º - Os auxiliares diretos do Prefeito deverão fazer declaração de bens perante a Câmara Municipal no ato de sua posse e quando de sua exoneração.

§ 3º - Os secretários do Município comparecerão perante a Câmara Municipal ou suas comissões, quando regularmente convocados, e o não comparecimento sem justificativa aceita pela maioria dos membros da Câmara Municipal, implicará em punições definidas em lei.

SEÇÃO VI DA CONSULTA POPULAR

Art. 60 - O Prefeito Municipal poderá realizar consultas populares para decidir sobre assuntos de interesse específico do Município, de bairro ou de distrito, cujas medidas deverão ser tomadas diretamente pela administração municipal.

§ 1º - A consulta poderá ser realizada sempre que a maioria absoluta dos membros da Câmara ou pelo menos 5% (cinco por cento) do eleitorado inscrito no Município, no bairro ou no distrito, com a identificação do título eleitoral, apresentarem proposições nesse sentido.

§ 2º - A lei estabelecerá critérios para realização de consultas plebiscitárias e sua forma de organização.

TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61 - A administração pública direta, indireta ou fundacional obedecerá no que couber, ao disposto no Capítulo 7 do Título III da Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

CAPÍTULO II DO FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 62- A admissão de funcionários para qualquer órgão da administração municipal dar-se-á por concurso público.

Art. 63 - A lei fixará normas para realização de concursos públicos no âmbito da administração municipal.

Art. 64 - O valor a ser despendido com pessoal obedecerá ao que dispuser a respeito à Legislação Federal. (ELO 006/2003).

Art. 65 - É vedado ao Prefeito, ao prover cargos e empregos, a discriminação a pessoas portadoras de deficiência física, desde que comprovada a sua competência funcional.

Art. 66 - Revogado. (ELO 006/2003).

Art. 67 - Os servidores lotados em repartições municipais localizadas na zona rural e urbana, não poderão ser transferidos para outras localidades sem que a transferência seja do seu interesse.(ELO 016/2010, ELO 021/2010).

Art. 68 - A incorporação de adicionais e de gratificações regular-se-á por Lei Ordinária, de iniciativa exclusiva do Prefeito do Município. (ELO 006/2003).

Parágrafo Único – A remuneração total dos servidores municipais não pode exceder o subsídio fixado para os secretários municipais sob qualquer hipótese.(ELO 014/2006).

Art. 69 - O Município assegurará aos seus servidores e dependentes, na forma da lei, serviços de atendimento médico, odontológico e de assistência social.

§ 1º - Os serviços referidos neste artigo são extensivos aos aposentados e pensionistas municipais.

§ 2º - É vedado o servidor aposentado permanecer no exercício da função na administração municipal.

Art. 70- A jornada de trabalho dos servidores municipais é de 40(quarenta) horas semanais. (ELO 002/1997).

Art. 71 - O Município poderá instituir contribuição, deduzida da remuneração de seus servidores para o custeio, em benefício deste, de sistemas de previdência e assistência social.

CAPÍTULO III DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 72 - A publicação das leis e dos atos oficiais far-se-á em órgão oficial do município. (ER 05/2009).

§ 1º - Até a publicação em órgão de imprensa oficial do Município, a publicação poderá ser feita por afixação em local próprio e de acesso público na sede da Prefeitura ou na Câmara Municipal. (ER 05/2009).

§ 2º - A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

Art. 73 - A formalização dos atos administrativos de competência do Prefeito far-se-á:

I – Mediante decreto, numerado, em ordem cronológica, quando se tratar de:

- a) regulamentação de lei;
- b) criação ou extinção de gratificação, quando autorizada em lei;
- c) abertura de créditos especiais e suplementares;
- d) declaração de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação ou servidão administrativa;
- e) criação, alteração e extinção de órgãos da Prefeitura, quando autorizadas em lei;

- f) definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não previstas em lei;
- g) aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração direta;
- h) aprovação dos estatutos dos órgãos da administração descentralizada;
- i) fixação e alteração dos preços e dos serviços prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;
- j) permissão para exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais;
- l) aprovação de planos de trabalho dos órgãos da administração direta;
- m) criação e extinção, declaração ou modificação de direitos dos administradores, não privativos da lei;
- n) medidas executórias do plano diretor;
- o) estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativos de lei.

II – Mediante portaria, quando se tratar de:

- a) Provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores municipais;
- b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
- c) criação de comissões e designação de seus membros;
- d) instituição e dissolução de grupos de trabalho;
- e) autorização para contratação de servidores por prazo determinado e dispensa;
- f) abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicação de penalidades;
- g) outros atos que, por sua natureza ou finalidade, não sejam objeto de lei ou decreto.

Parágrafo Único - Poderão ser delegados os atos constantes no item II deste artigo.

CAPÍTULO IV DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 74 - Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I – Impostos sobre:

- a) propriedade predial e territorial urbana;
- b) transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou a cessão física, e de direitos reais sobre imóveis exceto os de garantia, bem como cessão de direitos e sua aquisição;
- c) vendas e varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel; gás butano e querosene;
- d) serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar;

II – Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos ou divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III – Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

Art. 75 - Lei Complementar disciplinará o Código Tributário do Município, com normas de: cadastramento, fiscalização, base de cálculos, créditos, isenções e preços.

Art. 76 - A concessão de isenção e de anistia de tributos municipais dependerá de autorização legislativa, aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

CAPÍTULO V
DOS ORÇAMENTOS
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 77 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I– O plano plurianual;
- II– As diretrizes orçamentárias;
- III – Os orçamentos anuais.

§ 1º -O plano plurianual compreenderá:

- I – Diretrizes, objetivos e metas para as ações municipais de execução plurianual;
- II – Investimentos de execução plurianual;
- III – Gastos com a execução de programas de duração continuada.

§ 2º - As diretrizes orçamentárias compreenderão:

- I – As propriedades da administração pública municipal, quer de órgãos da administração direta, quer da administração indireta, com as respectivas metas, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;
- II – Orientação para a elaboração da lei orçamentária anual;
- III – Alteração da legislação tributária;
- IV – Autorização para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a demissão de pessoal a qualquer título, pelas unidades governamentais da administração direta ou indireta, inclusive, as funções instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

§ 3º - O orçamento anual compreenderá:

- I – O orçamento fiscal da administração direta, incluindo os seus fundos especiais;
- II – Os orçamentos das entidades de administração indireta, inclusive das fundações instituídas pelo Poder Público Municipal;
- III – O orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

IV – O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculadas, da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas pelo Poder Público Municipal.

Art. 78 - Os planos e programas municipais de execução plurianual ou anual serão elaboradas em consonância com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias, respectivamente, e apreciados pela Câmara Municipal. **(ELO 010/2004)**.

Parágrafo Único - Os projetos de lei do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual serão enviados a Câmara Municipal nos seguintes prazos:

I - Projeto de Lei do Plano Plurianual, até o dia 15 de abril do primeiro ano do mandato;

II – Projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias, até o dia 30 de abril. **(ELO 010/2004, ELO 015/2006)**.

III – Projeto de Lei Orçamentária Anual, até o dia 15 de outubro.

SEÇÃO II DAS VEDAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 79 – São vedadas:

I – A inclusão de dispositivos estranhos à previsão da receita e a fixação da despesa, incluindo-se as autorizações para abertura de créditos adicionais suplementares e contratações de operações de crédito de qualquer natureza e objetivo;

II – O início de programas ou projetos não incluídos no orçamento anual;

III – A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários originais ou adicionais;

IV – A realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, aprovados pela Câmara Municipal por maioria absoluta;

V – A vinculação de receita de impostos a órgãos ou fundos especiais, ressalvadas a que se destine a prestação de garantia às operações de crédito por antecipação de receita;

VI – A abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VII – A concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – A utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos especiais;

IX – A instituição de fundos especiais de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Os créditos adicionais especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 04 (quatro) meses daquele exercício, caso em que reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 2º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública, observado o disposto nesta Lei Orgânica.

SEÇÃO III **DAS EMENDAS AOS PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS**

Art. 80 - Os Projetos de Lei relativos ao plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais suplementares e especiais, serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno.

§ 1º Caberá à Comissão da Câmara Municipal:

I – Examinar e emitir parecer sobre projetos de plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual e sobre as contas do Município apresentadas anualmente pelo Prefeito;

II – Examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, acompanhar e fiscalizar as operações resultantes ou não da execução do orçamento, sem prejuízo das demais comissões criadas pela Câmara Municipal.

§ 2º - As emendas serão apresentadas na Comissão de Orçamento e Finanças, sobre elas emitirá parecer e, apreciadas na forma do Regimento Interno, pelo Plenário da Câmara Municipal.

§ 3º - As emendas ao projetodelei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovados caso:

I – Sejam compatíveis com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) transferências tributárias para autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

III – Sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões;
- b) com os dispositivos do texto do projetodelei.

§ 4º - As emendas do projetodelei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovados quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificações nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão de Orçamento e Finanças, de parte cuja alteração é proposta.

§ 6º - Os ProjetosdeLei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal nos termos da Lei Municipal,

enquanto não viger a lei complementar de que trata o § 9º do artigo 165 da Constituição Federal.

§ 7º - Aplicam-se aos projetos referidos neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º - Os recursos, que em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados conforme o caso, mediante abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, com prévia e específica autorização legislativa.

SEÇÃO IV DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 81 - A execução do orçamento do Município se refletirá na obtenção das suas receitas próprias, transferidas e outras, bem como na utilização das dotações consignadas às despesas para a execução dos programas nele determinados, observado sempre o princípio de equilíbrio.

Art. 82 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas à Câmara Municipal, inclusive os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão entregues no prazo estabelecido pela Constituição Federal. (ER 06/2009).

Art. 83 - As alterações orçamentárias durante o exercício se representarão:

- I – Pelos créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários;
- II - Pelos remanejamentos, transferências e transposições, de recursos de uma categoria de programação para outra.

Parágrafo Único - O remanejamento, a transferência e a transposição somente se realizarão quando autorizadas em lei específica que contenha a justificativa.

SEÇÃO V DA GESTÃO DA TESOURARIA

Art. 84 - As receitas e as despesas orçamentárias serão movimentadas através de caixa único, regularmente instituído.

Parágrafo Único –Suprimido.(ER 07/2009).

Art. 85 - As disponibilidades de caixa do Município e de suas entidades de administração indireta, inclusive dos fundos especiais e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão depositadas em Instituições financeiras oficiais.

Parágrafo Único - As arrecadações das receitas próprias do Município e de suas entidades de administração indireta poderão ser feitas através de rede bancária privada, mediante convênio.

Art. 86 - Poderá ser constituído regime de adiantamento em cada uma das unidades da administração direta, nas autarquias, nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder

Público Municipal e na Câmara Municipal para ocorrer às despesas de pronto pagamento definidas em lei.

Art. 87 - A Câmara Municipal poderá ter a sua própria contabilidade e a sua própria tesouraria. (ER 07/2009).

Parágrafo Único –Suprimido. (ER 07/2009)

SEÇÃO VI DAS CONTAS MUNICIPAIS

Art. 88 - Até 60 (sessenta) dias após o início da sessão legislativa de cada ano, o Prefeito encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado, ou órgão equivalente, às contas do Município, que se comporão de:

I – Demonstrações contábeis, orçamentárias da administração direta e indireta, inclusive dos fundos especiais e das fundações instituídas pelo Poder Público;

II – Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas dos órgãos da administração direta com as dos fundos especiais, das fundações e das autarquias, instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

III – Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas das empresas municipais;

IV – Notas explicativas às demonstrações de que trata este artigo;

V – Relatório circunstanciado da gestão dos recursos públicos municipais no exercício demonstrado.

SEÇÃO VII DA PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS

Art. 89 - São sujeitos a tomada ou a prestação de contas os agentes da administração municipal responsáveis por bens e valores pertencentes ou confiados à Fazenda Pública Municipal.

§ 1º - O tesoureiro do Município, ou servidor que exerça a função, fica obrigado à apresentação do boletim mensal da tesouraria à Câmara Municipal, bem como afixação em local próprio na sede da Prefeitura.

§ 2º - Os demais agentes municipais apresentarão as suas respectivas prestações de contas semanalmente à tesouraria municipal.

SEÇÃO VIII DO CONTROLE INTERNO INTEGRADO

Art. 90 - Os poderes Executivo e Legislativo manterão, de forma integrada, um sistema de controle interno, apoiado nas informações contábeis, com objetivos de:

I – Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas do Governo Municipal;

II – Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado;

III – Exercer o controle dos empréstimos e dos financiamentos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

Art. 91 - A alienação, a afetação e a desafetação de bens municipais dependerão de lei.

Parágrafo Único -As áreas transferidas ao Município em decorrência da aprovação de loteamento serão consideradas bens dominiais, enquanto não se efetivarem benfeitorias que lhe deem outra destinação.

Art. 92 - O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o interesse público o exigir.

Parágrafo Único– O Município poderá ceder seus bens a outras entidades públicas, inclusive da administração indireta, desde que atendido o interesse público e mediante autorização da maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo.

Art. 93 - O Município poderá ceder a particulares, para serviços de caráter transitório, conforme regulamentação a ser expedida pelo Prefeito, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que os serviços da municipalidade não sofram prejuízos e o interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

Art. 94 - A cessão Administrativa dos bens municipais de uso especial e dominiais dependerá da lei e de licitação e far-se-á mediante contrato por prazo determinado, sob pena de nulidade do ato.

§ 1º - A licitação poderá ser dispensada nos casos permitidos na legislação aplicável.

§ 2º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita mediante licitação, a título precário e por decreto.

§ 3º - A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios.

Art. 95 - O órgão competente do Município será obrigado, independentemente de despacho de qualquer autoridade, a abrir inquérito administrativo e a propor, se for o caso, a competente ação civil contra qualquer servidor, sempre que forem apresentadas denúncias contra o extravio ou danos aos bens municipais.

Art. 96 - O Município, preferentemente à venda e doação de bens imóveis concederá direito real de uso, mediante concorrência.

Parágrafo Único - A concorrência poderá ser dispensada quando o uso se destinar a concessionários de serviço público, a entidades assistenciais ou verificar-se relevante interesse público na concessão, devidamente justificada.

CAPÍTULO VI DAS OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 97 - É de responsabilidade do Município, mediante licitação e de conformidade com os interesses e as necessidades da população, prestar serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, bem como realizar obras públicas, podendo contratá-las com particulares através de processo licitatório.

Art. 98 - Nenhuma obra pública, salvo em casos de extrema urgência devidamente justificada, será realizada sem que conste:

- I- O respectivo projeto;
- II- O orçamento do seu custo;
- III -A indicação dos recursos financeiros para o atendimento das respectivas despesas;
- IV- A viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse público;
- V- Os prazos para o seu início e término.

Art. 99 - A concessão ou permissão de serviço público somente será efetivada com autorização da Câmara Municipal e mediante contrato, precedido de licitação.

§ 1º - Serão nulas de pleno direito as concessões e as permissões, bem como qualquer autorização para a exploração de serviço público, feitas em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º - Os serviços concedidos ou permitidos ficarão, sempre sujeitos a regulamentação e a fiscalização da administração municipal, cabendo ao Prefeito aprovar as tarifas respectivas.

Art. 100 - Os usuários estarão representados nas entidades prestadoras de serviços públicos na forma que dispuser a legislação municipal, assegurando-se participação em decisões relativas a:

- I -Planos e programas de expansão dos serviços;
- II - Revisão da base de cálculo dos custos operacionais;
- III -Política tarifária;
- IV -Nível de atendimento da população em termos de quantidade e qualidade;
- V -Mecanismos para atendimento de pedidos e reclamações dos usuários, inclusive para apuração de danos causados a terceiros.

Parágrafo Único - Em se tratando de empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, a obrigatoriedade neste artigo deverá constar do contrato de concessão ou permissão.

Art. 101 - As entidades prestadoras de serviços públicos são obrigadas, pelo menos uma vez por ano, a dar ampla divulgação de suas atividades, informando em especial, sobre planos de expansão, aplicação de recursos financeiros e realização de programas de trabalho.

Art. 102 - Nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos serão estabelecidos, entre outros:

- I – Os direitos dos usuários, inclusive as hipóteses de gratuidade;
- II – As regras para a remuneração do capital e garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;
- III – As normas que possam comprovar eficiência no atendimento de interesse público, bem como permitir a fiscalização pelo Município, de modo a manter o serviço contínuo, adequado e acessível;
- IV – As regras para orientar a revisão periódica das bases de cálculo dos custos operacionais e da remuneração do capital, ainda que estipulada em contrato anterior;
- V – A remuneração dos serviços prestados aos usuários diretos, assim como a possibilidade de cobertura dos custos por cobrança a outros agentes beneficiados pela existência dos serviços.

Parágrafo Único - Na concessão ou na permissão de serviços públicos, o Município reprimirá qualquer forma de abuso do poder econômico, principalmente as que visem à dominação do mercado, à exploração monopolística e ao aumento abusivo de lucros.

Art. 103 - O Município poderá revogar a concessão ou a permissão dos serviços que forem executados em desconformidades com o contrato ou ato pertinente, bem como daqueles que se revelarem manifestamente insatisfatórios para o atendimento aos usuários.

Art. 104 - As licitações para a concessão ou permissão de serviços públicos deverão ser precedidas de ampla publicidade, inclusive em jornais da capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 105 - As tarifas dos serviços públicos prestados diretamente pelo Município ou por órgão de sua administração descentralizada serão fixadas pelo Prefeito, cabendo à Câmara Municipal definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do custo e abaixo do custo, tendo em vista seu interesse econômico e social.

Art. 106 - O Município poderá consorciar-se com outros Municípios para realização de obras ou prestação de serviços públicos de interesse comum.

Parágrafo Único - O Município deverá propiciar meios para criação nos consórcios, de órgão consultivo constituído por cidadãos não pertencentes ao serviço público municipal.

Art. 107- Ao Município é facultado conveniar com a União e com o Estado a prestação de serviços públicos de sua competência privativa, quando lhe faltarem recursos técnicos ou financeiros para a execução do serviço em padrões adequados, ou quando houver interesse mútuo para a celebração do convênio.

Parágrafo Único - Na celebração de convênios de que trata este artigo, deverá o Município:

- I – Propor os planos de expansão dos serviços públicos;
- II – Propor critérios para fixação de tarifas;
- III – realizar avaliação periódica de prestação de serviços.

**CAPÍTULO VII
DOS DISTRITOS
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 108 - Nos distritos, exceto no da sede, haverá um Administrador Distrital nomeado em comissão pelo Prefeito Municipal.

Art. 109 - A instalação de Distrito novo dar-se-á com a posse do Administrador Distrital.

Parágrafo Único - O Prefeito comunicará ao Secretário do Interior e Justiça do Estado ou a quem lhe fizer a vez, e à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para os devidos fins, a instalação do Distrito.

Art. 110 - A elaboração e a execução dos planos e dos programas do Governo Municipal obedecerão às diretrizes do plano diretor e terão acompanhamento e avaliação permanentes, de modo a garantir o seu êxito e assegurar sua continuidade no horizonte de tempo necessário.

**SEÇÃO II
DA COOPERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES NO PLANEJAMENTO
MUNICIPAL**

Art. 111 - O Município criará para subsídio, cooperação e controle, os conselhos municipais: (ER 14/2009).

- I- Da Criança e do Adolescente;
- II -Da Saúde;
- III – Da Educação;
- IV – Do Consumidor;
- V –Tutelar;
- VI – Do Turismo

§ 1º - Os conselhos municipais funcionarão de forma independente da Administração Municipal, sendo que a participação nos mesmos será considerada de caráter público relevante, exercida gratuitamente, à exceção dos Conselheiros Tutelares, cujo exercício de mandato será remunerado, nos termos estabelecidos em Lei Municipal, em consonância com lei federal.

§2º- Na composição dos Conselhos Municipais, fica assegurada a representatividade dos Poderes Executivo e Legislativo e da sociedade civil organizada, limitada esta ao limite da concorrência e objetivos dos Conselhos.

§3º - Será atendida na composição dos conselhos municipais a paridade entre o estado e a sociedade civil.

**CAPÍTULO VIII
DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS
SEÇÃO I
DA SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL**

Art. 112 - A saúde é direito de todos os munícipes e dever do Poder Público, assegurado mediante políticas sociais e econômicas que visem a eliminação do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 113 - As ações de saúde são de relevância pública, devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços públicos e, complementarmente, através de serviços de terceiros.

Parágrafo Único– É vedado ao Município cobrar do usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde mantidos pelo Poder Público ou contratados com terceiros.

Art. 114 - São atribuições do Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde:

- I – Planejar, organizar, gerir, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde;
- II – Planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com a sua direção estadual;
- III – Gerir, executar, controlar e avaliar as ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;
- IV – Executar serviços de:
 - a) vigilância epidemiológica;
 - b) vigilância sanitária;
 - c) alimentação e nutrição.
- V – Planejar e executar a política de saneamento básico em articulação com o Estado e a União;
- VI – Executar a política de insumos e equipamentos para a saúde;
- VII – Fiscalizar as agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos estaduais e federais competentes, para controlá-las;
- VIII – Formar consórcios intermunicipais de saúde;
- IX – Gerir laboratórios públicos de saúde;
- X – Avaliar e controlar a execução de convênios e contratos, celebrados pelo Município, com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde;
- XI – Autorizar a instalação de serviços de saúde e fiscalizar-lhes o funcionamento;
- XII – Prestar assistência médico odontológico aos munícipes, especialmente às comunidades rurais, creches e orfanatos;
- XIII – Criar programas de assistência à saúde materno-infantil;

Art. 115 - As ações e os serviços de saúde realizados no Município integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo o Sistema Único de Saúde, no âmbito do Município, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I – Comando único exercido pela Secretaria Municipal de saúde ou equivalente;
- II – Integridade na prestação das ações de saúde;

III – Organização de distritos sanitários com alocação de recursos técnicos e práticas de saúde adequadas à realidade epidemiológica local;

IV – Participação em nível de decisão de entidades representativas dos usuários, dos trabalhadores de saúde e dos representantes governamentais na formulação, gestão e controle de política municipal e das ações de saúde através do Conselho Municipal de caráter deliberativo e partidário;

V – Direito do indivíduo de obter informações e esclarecimentos sobre assuntos pertinentes a promoção, proteção e recuperação de sua saúde e da coletividade.

Parágrafo Único - Os limites dos distritos sanitários referidos no inciso III contarão do Plano Diretor de saúde e serão fixados segundo os seguintes critérios:

I – Área geográfica de abrangência;

II – A descrição da clientela;

III - Resolutividade de serviços à disposição da população.

Art. 116 - A lei disporá sobre a organização e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, que terá as seguintes atribuições:

I – Formular a política municipal de saúde, a partir das diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde;

II – Planejar e fiscalizar a distribuição dos recursos;

III – Aprovar a instalação e o funcionamento de novos serviços públicos ou privados de saúde, atendidas as diretrizes do plano municipal de saúde.

Art. 117 - As instituições privadas poderão participar de forma complementar no Sistema Único de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 118 - O Sistema Único de Saúde no âmbito do Município será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado, da União e da seguridade, além de outras fontes.

§ 1º - Os recursos destinados às ações e aos serviços de saúde no Município constituirão o Fundo Municipal de Saúde, conforme dispuser a lei.

§ 2º - O montante das despesas de saúde não será inferior a 5% (cinco por cento) das despesas globais do orçamento anual do Município.

§ 3º - É vedado ao Município à destinação de recursos para auxílio ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

SEÇÃO II DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 119 - A ação do Município no campo da assistência social objetivará promover:

I – A integração de indivíduo ao mercado de trabalho e ao meio social;

II – O amparo à velhice e à criança abandonada;

III – A integração das comunidades carentes.

Art. 120 - Na formulação e desenvolvimento dos programas de assistência social, o Município buscará a participação das associações representativas da comunidade.

Art. 121 - O ensino ministrado nas escolas municipais será gratuito.

Parágrafo Único - a educação, enquanto direito de todos, é um dever do Poder Público e da sociedade e, deve ser baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da solidariedade e do respeito aos direitos humano, visando constituir-se em instrumento do desenvolvimento da capacidade de elaboração e de reflexão crítica da realidade.

Art. 122 - Os currículos escolares serão adequados às peculiaridades do Município e valorização de sua cultura e seu patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental.

Art. 123 - O Município manterá prioritariamente o ensino fundamental, com a aplicação de recursos na ordem mínima imposta pela Constituição Federal, mas não se excluirá de subvencionar o ensino médio e superior. (ER 12/2009)

Parágrafo Único – A Secretaria de Educação enviará anualmente à Câmara Municipal: (ER 12/2009).

I – o número de alunos matriculados;

II – o número de alunos aprovados, reprovados e desistentes;

III – o IDEB das escolas municipais.

Art. 124 - O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos e das transferências recebidas do Estado e da União no setor de educação.

Art. 125 - O Município, no exercício de sua competência:

I – Apoiará manifestações da cultura local;

II – Protegerá, por todos os meios ao seu alcance, obras, objetos, documento e imóveis de valor histórico, artístico, cultura e paisagístico.

Art. 126 - O Município fomentará as práticas desportivas, especialmente nas escolas a ele pertencentes.

Art. 127 - O Município incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Art. 128 - O Município deverá estabelecer e implantar políticas de educação para a segurança do trânsito e segurança do trabalho, em articulação com o Estado.

SEÇÃO III DA AGRICULTURA

Art. 129 - É de responsabilidade do Município, no campo de sua competência, a realização de investimentos para formar e manter a infraestrutura básica capaz de atrair, apoiar ou incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas, seja diretamente ou mediante delegação ao setor privado para esse fim.

Parágrafo Único - A atuação do Município dar-se-á, inclusive, no meio rural, para a fixação de contingentes populacionais, possibilitando-lhes acesso aos meios de produção e geração de renda e estabelecimento da necessária infraestrutura destinada a viabilizar esse propósito.

Art. 130 - A atuação do Município na zona rural terá como principais objetivos:

I – Oferecer meios para assegurar ao pequeno produtor e trabalhador rural, condições de trabalho e de mercado para os produtos, a rentabilidade dos empreendimentos e a melhoria do padrão de vida da família rural;

II – Garantir o escoamento da produção, sobretudo o abastecimento alimentar;

III – Garantir a utilização racional dos recursos naturais;

IV – Instituir feira livre semanal com produtos exclusivamente produzidos no Município, com isenção de taxas municipais.

Parágrafo Único - A feira livre objeto do inciso IV será realizado em dia, diferenciado da feira popular, devendo lei complementar definir critérios para estabelecimento de preços, organização e critérios diversos.

Art. 131 - O Município destinará um mínimo de 10% (dez por cento) de sua receita anual, em programas de:

I – Eletrificação rural e irrigação;

II – Aquisição de máquinas agrícolas;

III – Perfuração de poços artesianos e amazonas;

IV – Construção de pequenos e médios açudes;

V – Distribuição de sementes e mudas;

VI – Substituição de casas de taipa por alvenaria na zona rural;

Art. 132 - O Município poderá consorciar-se com outras municipalidades com vistas ao desenvolvimento de atividades de interesse comum, bem como integrar-se em programas de desenvolvimento regional a cargo de outras esferas do Governo.

SEÇÃO IV DA DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 133 - O Município desenvolverá esforços para proteger o consumidor através de:

I – Orientação e gratuidade de assistência jurídica, independentemente da situação social e econômica do reclamante;

II – Criação de órgão no âmbito da Prefeitura ou da Câmara Municipal para defesa do consumidor;

III – Atuação coordenada com a União e o Estado.

SEÇÃO V DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DOS IDOSOS E DOS EXCEPCIONAIS

Art. 134 - O Município manterá com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado programas que assegurem a prioridade ao tratamento e aplicação de programas que visem ao bem-estar da criança, do adolescente, dos idosos e dos excepcionais.

Art. 135 - O Município aplicará anualmente recursos nunca inferiores a 1% (um por cento) do seu orçamento geral em programas de assistência e proteção às crianças, adolescentes, idosos e excepcionais e em programas de recuperação de dependentes de entorpecentes e ou envolvidos em atos infracionais e de prevenção à prostituição na adolescência, na medida de sua capacidade e concorrente com a ação do Estado.

Art. 136 - Os portadores de deficiência física e de limitação sensorial, assim como as pessoas idosas, terão prioridade para exercer o comércio eventual ou ambulante no Município.

SEÇÃO VI DA POLÍTICA URBANA

Art. 137 - A política urbana, a ser formulada no âmbito do processo de planejamento municipal, terá por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar dos seus habitantes, em consonância com as políticas sociais e econômicas do Município.

Parágrafo Único - As funções sociais da cidade dependem do acesso de todos os cidadãos aos bens e aos serviços urbanos, assegurando-lhes condições devidas e moradia compatíveis com o estágio de desenvolvimento do Município.

Art. 138 - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política urbana a ser executado pelo Município.

§ 1º - O plano diretor fixará critérios que assegurem a função social da propriedade, cujo uso e ocupação deverão respeitar a legislação urbanística, a proteção do patrimônio ambiental natural e construído ao interesse da coletividade.

§ 2º - O plano diretor deverá ser elaborado com a participação das entidades representativas da comunidade diretamente interessada.

§ 3º - O plano diretor definirá as áreas especiais de interesse social urbanístico ou ambiental, para as quais será exigido aproveitamento adequado nos termos previstos na Constituição Federal.

Art. 139 - O Município em consonância com sua política urbana e segundo o disposto em seu plano diretor deverá promover planos e programas setoriais destinados a melhorar as condições do transporte público, da circulação de veículos e da segurança do trânsito.

Art. 140 - O estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano deverá assegurar a urbanização e regularização fundiária, a titulação das áreas onde estejam situadas as populações faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo em áreas de risco, mediante consulta obrigatória à população envolvida.

Art. 141 - Lei Municipal, de cujo processo de elaboração das entidades da comunidade participarão, disporá sobre zoneamento, parcelamento do solo, seu uso e sua ocupação, as construções e edificações, a proteção ao meio ambiente, o licenciamento e a fiscalização e os parâmetros básicos, objeto do plano diretor.

SEÇÃO VII DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

Art. 142 - O Município deverá atuar no sentido de assegurar a todos os cidadãos o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem de uso comum ao povo e essencial à qualidade de vida.

Art. 143 - É proibida a instalação de estabelecimentos industriais que utilizem equipamentos a vapor, no perímetro urbano.

Art. 144 - O Município deverá definir área própria, localizada a distância nunca inferior a 1.000 metros do final do perímetro urbano, para instalação do seu Parque Industrial e Distrito Mecânico e/ou qualquer tipo de unidade fabril.

Parágrafo Único - A instalação de unidade fabril comprovadamente poluente será possível somente a distância nunca inferior a 6(seis) quilômetros do final do perímetro urbano.

Art. 145 - O Município, ao promover a ordenação do seu território, definirá zoneamento e diretrizes gerais de ocupação que assegurem a proteção dos recursos naturais.

Art. 146 - Nas licenças de parcelamento, loteamento e localização, o Município exigirá o cumprimento da legislação de proteção ambiental, emanada da União e do Estado.

Art. 147 - As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental em vigor, sob pena de não ser renovada a concessão ou permissão pelo Município.

Art. 148 - As empresas concessionárias de serviços de distribuição de água e rede de esgotos que deixarem de obedecer a critérios técnicos e de saúde pública para tratamento d'água e destinação de resíduos, serão pelo Município acionadas juridicamente pela infração, devendo ressarcir os danos causados à saúde da população e ao meio ambiente.

Monteiro (PB), 05 de abril de 1990.

Inácio Teixeira de Carvalho

Presidente

Francisco de Assis Berto

Vice Presidente

Simorion Matos

1º Secretário e Relator

José Alves de Oliveira

2º Secretário

Arnaldo de Sousa Nunes Júnior

Eduardo Ferreira de Freitas
Elizabeth Batista Ferreira
Dorgival Galdino da Silva
José Wilton Nunes de Melo
Lucas Tomé Monteiro
Raul Lafayette Formiga Figueiredo

ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

Art. 1º - A revisão da Lei Orgânica será realizada após as revisões das Constituições Federal e Estadual ou pela necessidade de adequação a estes diplomas. (ER 11/2009).

Art. 2º - O Município promoverá edição popular do texto da Lei Orgânica, com distribuição gratuita às escolas municipais, bibliotecas, universidades, demais órgãos e entidades públicas. (ER 11/2009).

Art. 3º - A Câmara Municipal criará, dentro de noventa dias contados da promulgação desta Lei, uma comissão para apresentar estudos sobre as implicações da nova Lei Orgânica e de legislação complementar. (ER 11/2009).

Art. 4º - O Poder Executivo terá o prazo de dois anos a partir da publicação desta lei para implantar o Sistema Municipal de Ensino. (ER 11/2009).

Art. 5º - O Município deverá elaborar um programa para, com recursos próprios e no prazo máximo de 10 (dez) anos, substituir as construções em taipa na periferia da cidade por construções em alvenaria, em sistema de mutirão.

Art. 6º - O Município deverá iniciar no prazo de 02(dois) anos, um programa de construção de pocilgas comunitárias, e disciplinar a criação de animais domésticos no perímetro urbano.

Art. 7º - Revogado. (ER 08/2009).

Monteiro (PB), 05 de abril de 1990.

Inácio Teixeira de Carvalho

Presidente

Francisco de Assis Berto

Vice Presidente

Simorion Matos

1º Secretário e Relator

José Alves de Oliveira

2º Secretário

Arnaldo de Sousa Nunes Júnior

Eduardo Ferreira de Freitas

Elizabeth Batista Ferreira

Dorgival Galdino da Silva

José Wilton Nunes de Melo

Lucas Tomé Monteiro

Raul Lafayette Formiga Figueiredo

ANEXO I

EMENDAS CONSTITUCIONAIS MUNICIPAIS

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001/1993

Emenda modificativa do art. 20 da Lei Orgânica.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monteiro no uso de suas atribuições que lhe confere o § 2º do art. 38 da Lei Orgânica do Município, em consonância com o art. 196 do Regimento Interno **FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA APROVOU E ELA PROMULGA A SEGUINTE EMENDA À LEI ORGÂNICA:**

Art. 1º. O *caput* do art. 20 da Lei Orgânica Municipal passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 20 - A Sessão Legislativa anual ordinária desenvolve-se em dois períodos: de 1º de fevereiro a 31 de maio e de 1º de julho a 30 de novembro, independentemente de convocação”.

Art. 2º Revogam-se disposições em contrário.

Art. 3º Esta norma entra em vigência na data de sua publicação.

Monteiro-PB em 26 de agosto de 1993.

Mesa Diretora:

RAUL LAFAYETTE FORMIGA FIGUEIREDO

Presidente

SIMORION MATOS

1º Secretário

WALMIR AZEVEDO PEREIRA

2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/1997
(Publicada no M.O. nº 08 de Ago/1997)

Altera a redação do art. 70 da Lei Orgânica.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monteiro no uso de suas atribuições que lhe confere o § 2º do art. 38 da Lei Orgânica do Município, em consonância com o art. 196 do Regimento Interno **FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA APROVOU E ELA PROMULGA A SEGUINTE EMENDA À LEI ORGÂNICA:**

Art. 1º. O art. 70 da Lei Orgânica do Município de Monteiro PB passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 70 - A jornada de trabalho dos servidores municipais é de 40 (quarenta) horas semanais”.

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Monteiro-PB em 11 de agosto de 1997.

Mesa Diretora:

FRED KENNEDY DE ALMEIDA MENEZES

Presidente

INÁCIO TEIXEIRA DE CARVALHO

1º Secretário

ELIZABETE BATISTA FERREIRA

2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 003/2001
(Publicada no M.O. nº 54 de Jun/2001)

Dispõe sobre a mudança de horário das reuniões da Câmara Municipal de Monteiro.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monteiro no uso de suas atribuições que lhe confere o § 2º do art. 38 da Lei Orgânica do Município, em consonância com o art. 196 do Regimento Interno **FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA APROVOU E ELA PROMULGA A SEGUINTE EMENDA À LEI ORGÂNICA:**

Art. 1º. Passa a ter a seguinte redação o § 1º do art. 20 da Lei Orgânica do Município:

“Art.20.”

“§ 1º. As reuniões marcadas para o período estabelecido no caput deste artigo, serão realizadas às quintas – feiras, a partir das 09:00 horas”.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor com efeito retroativo ao dia 28 de maio de 2001.

Monteiro-PB em 31 de maio de 2001.

Mesa Diretora:

ANTÔNIO EDVALDO BEZERRA DA SILVA

Presidente

GIVALBÉRIO ALVES FERREIRA

1º Secretário

JOSÉ BEZERRA FILHO

2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 004/2002
(Publicada no M.O. nº 71 de Nov/2002)

Dá nova redação aos §§ 1º e 2ª do Artigo 18
da Lei Orgânica do Município de Monteiro.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monteiro no uso de suas atribuições que lhe confere o § 2º do art. 38 da Lei Orgânica do Município, em consonância com o art. 196 do Regimento Interno **FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA APROVOU E ELA PROMULGA A SEGUINTE EMENDA À LEI ORGÂNICA:**

Art. 1º. Fica sem efeito a Emenda à Lei Orgânica nº003/2001, voltando a vigorar a redação original do § 1º do art. 20 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º Revogam-se disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Avisos dos Prédios Públicos, sem prejuízos de publicação no Mensário Oficial do Município.

Monteiro, 26 de novembro de 2002.

Mesa Diretora:

ANTONIO EDVALDO BEZERRA DA SILVA

Presidente

GIVALBÉRIO ALVES FERREIRA

1º Secretário

JOSÉ BEZERRA FILHO

2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 005/2002
(Publicada no M.O. nº 71 de Nov/2002)

Dá nova redação aos §§ 1º e 2ª do Artigo 18
da Lei Orgânica do Município de Monteiro.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monteiro no uso de suas atribuições que lhe confere o § 2º do art. 38 da Lei Orgânica do Município, em consonância com o art. 196 do Regimento Interno **FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA APROVOU E ELA PROMULGA A SEGUINTE EMENDA À LEI ORGÂNICA:**

Art.1º. A redação do § 1º do artigo 18 da Lei Orgânica do Município, passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º O mandato da mesa diretora será de 02(dois) anos, podendo ser reconduzido seus membros através do processo de reeleição, nos mesmos moldes da eleição inicial.”

Art.2º. Acrescenta texto e dá nova redação ao § 2º do art. 18 da Lei Orgânica, que passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º. Na hipótese de não haver número suficiente para eleição da mesa, o vereador mais votado entre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a mesa e no caso de reeleição permanecerá na presidência o Vice Presidente até que seja eleita a nova mesa.”

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º. Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Monteiro-PB em 26 de novembro de 2002.

Mesa Diretora:

ANTONIO EDVALDO BEZERRA DA SILVA
Presidente
GIVALBÉRIO ALVES FERREIRA
1º Secretário
JOSÉ BEZERRA FILHO
2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 006/2003.
(Publicada no M.O. nº 084 de Dez/2003)

Altera a redação de dispositivos
da Lei Orgânica do Município.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monteiro no uso de suas atribuições que lhe confere o § 2º do art. 38 da Lei Orgânica do Município, em consonância com o art. 196 do Regimento Interno **FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA APROVOU E ELA PROMULGA A SEGUINTE EMENDA À LEI ORGÂNICA:**

Art. 1º Os dispositivos da Lei Orgânica do Município, a seguir indicados, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 64. O valor a ser despendido com pessoal obedecerá ao que dispuser a respeito à legislação federal”.(NR)

“Art. 68. A incorporação de adicionais e de gratificações regular-se-á por lei ordinária, de iniciativa exclusiva do Prefeito do Município”. (NR)

Art. 2º Fica revogado o art. 66 da Lei Orgânica do Município.

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica do Município entra em vigor na data de sua publicação.

Monteiro, 05 de Dezembro de 2003.

Mesa Diretora:

ANTÔNIO EDVALDO BEZERRA DA SILVA
Presidente
GIVALBÉRIO ALVES FERREIRA
1º Secretário
MANOEL ADOLFO DE SOUSA
2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 007/2004
(Publicada no M.O. nº 94 de Out/2004)

Altera o Art. 16 e 17 da Lei Orgânica do Município.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monteiro no uso de suas atribuições que lhe confere o § 2º do art. 38 da Lei Orgânica do Município, em consonância com o art. 196 do Regimento Interno **FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA APROVOU E ELA PROMULGA A SEGUINTE EMENDA À LEI ORGÂNICA:**

Art. 1º Os dispositivos da Lei Orgânica do Município, passam a vigorar com as seguintes redações:

“**Art. 16**.....”.

§ 1º - O subsídio dos vereadores, do Prefeito, do Vice Prefeito e dos secretários municipais serão fixados de acordo com o que dispuser a Constituição Federal.

§ 2º - Os subsídios de que tratam o parágrafo anterior será fixado em parcela única, vedado o acréscimo de quaisquer gratificações, abono, prêmio verba de representação ou outra espécie remuneratória.

§ 3º - **Revogado.**

§ 4º - **Revogado.**

§ 5º - **Revogado.**

§ 6º - **Revogado.**

§ 7º -.....

Art. 2º O Art. 17 passa a ter a seguinte redação:

“**Art. 17**No caso de não fixação da remuneração pela Câmara anterior, prevalecerá à remuneração do ultimo mês antes da posse, sendo este valor atualizado monetariamente pelo índice oficial.”

§ 1º - **Revogado.**

§ 2º

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monteiro, 28 de Outubro de 2004.

Mesa Diretora:

ANTONIO EDVALDO BEZERRA DA SILVA
Vereador Presidente
GIVALBÉRIO ALVES FERREIRA
1º Secretário
MANOEL ADOLFO DE SOUSA
2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 008/2004
(Publicada no M.O. nº 97 de Jan/2005)

Dispõe sobre as datas de início e término da Sessão Legislativa Ordinária Anual, e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monteiro no uso de suas atribuições que lhe confere o § 2º do art. 38 da Lei Orgânica do Município, em consonância com o art. 196 do Regimento Interno **FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA APROVOU E ELA PROMULGA A SEGUINTE EMENDA À LEI ORGÂNICA:**

Art. 1º - O artigo 20 da Lei Orgânica do Município passa a vigor com a seguinte redação:

“Artigo 20 – A sessão legislativa anual ordinária desenvolve-se em dois períodos: de 1º de fevereiro a 31 de maio e da 1º de julho a 20 de dezembro, independente de convocação pessoal”.

Art. 2º - Esta norma terá termo inicial de vigência na data de sua publicação no Mensário Oficial do Município.

Monteiro, 25 de Novembro de 2004.

Mesa Diretora:

ANTÔNIO EDVALDO BEZERRA DA SILVA
Presidente
GIVALBÉRIO ALVES FERREIRA
1º Secretário
MANOEL ADOLFO DE SOUSA
2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 009/2004
(Publicação no M.O. nº 97 de Jan/2005)

Altera artigo 26 da Lei Orgânica do Município.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monteiro no uso de suas atribuições que lhe confere o § 2º do art. 38 da Lei Orgânica do Município, em consonância com o art. 196 do Regimento Interno **FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA APROVOU E ELA PROMULGA A SEGUINTE EMENDA À LEI ORGÂNICA:**

Art. 1º - Inclua-se o inciso III ao artigo 26 da Lei Orgânica do Município que terá a seguinte redação:

“III – Em qualquer votação contando-se a sua presença para efeito de quórum”

Art. 2º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Emenda a Lei Orgânica do Município entra em vigor na data de sua publicação.

Monteiro, 25 de Novembro de 2004.

Mesa Diretora:

ANTÔNIO EDVALDO BEZERRA DA SILVA
Presidente
GIVALBÉRIO ALVES FERREIRA
1º Secretário
MANOEL ADOLFO DE SOUSA
2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 010/2004
(Publicação no M.O. Nº 97 de Jan/2005)

Altera, incluindo dispositivo à Lei Orgânica Municipal e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monteiro no uso de suas atribuições que lhe confere o § 2º do art. 38 da Lei Orgânica do Município, em consonância com o art. 196 do Regimento Interno **FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA APROVOU E ELA PROMULGA A SEGUINTE EMENDA À LEI ORGÂNICA:**

Art. 1º O artigo 78 da Lei Orgânica do Município passa a ter a seguinte redação:

“Art. 78 Os planos e programas municipais de execução Plurianual ou anual serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e com as Diretrizes Orçamentárias, respectivamente, e apreciados pela Câmara Municipal”.

Parágrafo Único – Os Projetos de Lei do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual serão enviados a Câmara Municipal nos seguintes prazos:

I – Projeto de Lei do Plano Plurianual, até o dia 15 de abril do primeiro ano de mandato;

II – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, até o dia 30 de maio;

III – Projeto de Lei Orçamentária anual, até o dia 15 de outubro.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Emenda a Lei Orgânica do Município entra em vigor na data de sua publicação.

Monteiro, 25 de Novembro de 2004.

Mesa Diretora:

ANTÔNIO EDVALDO BEZERRA DA SILVA

Presidente

GIVALBÉRIO ALVES FERREIRA

1º Secretário

MANOEL ADOLFO DE SOUSA

2º Secretário

**EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 011/2005
(Publicada no M.O. Nº 104 de Ago/2005)**

Dispõe sobre as datas de início e término da Sessão Legislativa Ordinária Anual e dá outras providências.

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO
A SEGUINTE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:**

Art. 1º - O artigo 20 da Lei Orgânica do Município passa a vigor com a seguinte redação:

“Artigo 20 – A Câmara Municipal de Monteiro reunir-se-á, anualmente de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, independente de convocação pessoal.”

Art. 2º - Esta norma terá termo inicial de vigência na data de sua publicação no Mensário Oficial do Município.

Monteiro, 11 de agosto de 2005.

Mesa Diretora:

INÁCIO TEIXEIRA DE CARVALHO

Vereador Presidente

HELENO FERNANDES DE FREITAS

Vereador 1º Secretário

JOSE BEZERRA FILHO

Vereador 2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 012/2006
(Publicada no M.O. Nº 111 de Mar/2006)

Altera o Parágrafo 1º do Artigo 20 da
Lei Orgânica do Município de Monteiro.

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO
A SEGUINTE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:**

Art. 1º - O Parágrafo 1º do Artigo 20 da Lei Orgânica do Município passa a vigor com a seguinte redação:

“§ 1º As Reuniões marcadas para o período estabelecido no caput deste artigo, serão realizadas aos sábados, a partir das 10:00 (dez) horas”.

Art. 2º - Esta norma terá termo inicial de vigência na data de sua publicação no Mensário Oficial do Município.

Monteiro, 02 de Março de 2006.

Mesa Diretora:

INÁCIO TEIXEIRA DE CARVALHO
Vereador Presidente
HELENO FERNANDES DE FREITAS
Vereador 1º Secretário
JOSÉ BEZERRA FILHO
Vereador 2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 013/2006
(Publicação no M.O. Nº 111 de Mar/2006)

Dispõe sobre as datas de início e término da Sessão Legislativa Ordinária Anual, e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:

Art. 1º - O artigo 20 da Lei Orgânica do Município passa a vigor com a seguinte redação:

“Artigo 20 – A Sessão Legislativa Anual Ordinária desenvolve-se em dois períodos: de 1º de fevereiro a 30 de maio e de 1º de julho a 30 de dezembro, independente de convocação pessoal.”

Art. 2º - Esta norma terá termo inicial de vigência na data de sua publicação no Mensário Oficial do Município.

Monteiro, 18 de Março de 2006.

Mesa Diretora:

INÁCIO TEIXEIRA DE CARVALHO

Vereador Presidente

HELENO FERNANDES DE FREITAS

Vereador 1º Secretário

JOSÉ BEZERRA FILHO

Vereador 2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 014/2006
(Publicação no M.O. Nº 114 de Jun/2006)

Altera o artigo 68 da Lei Orgânica Municipal.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO
A SEGUINTE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:

Art. 1º Inclua-se parágrafo único no artigo 68 da Lei Orgânica Municipal com a seguinte redação:

Art. “68.....”

Parágrafo Único - A remuneração total dos servidores municipais não poderá exceder o subsídio fixado para os secretários municipais sob qualquer hipótese.

Art. 2º Revogam disposições em contrário.

Art. 3º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Monteiro, 23 de Junho de 2006.

Mesa Diretora:

INÁCIO TEIXEIRA DE CARVALHO
Vereador Presidente
HELENO FERNANDES DE FREITAS
Vereador 1º Secretário
JOSÉ BEZERRA FILHO
Vereador 2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 015/2006

Altera o artigo 78 da Lei Orgânica Municipal.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:

Art. 1º - O Inciso II do Artigo 78 da Lei Orgânica do Município passa a vigor com a seguinte redação:

“II – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, até o dia 30 de abril”.

Art. 2º Revogam disposições em contrário.

Art. 3º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Monteiro, 08 de Julho de 2006.

Mesa Diretora:

INÁCIO TEIXEIRA DE CARVALHO
Vereador Presidente
HELENO FERNANDES DE FREITAS
Vereador 1º Secretário
JOSÉ BEZERRA FILHO
Vereador 2º Secretário

EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 016/2007.

Altera artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO
A SEGUINTE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:**

Art. 1º - Inclua-se o parágrafo 5º ao artigo 35 da Lei Orgânica do Município que terá a seguinte redação:

“ § 5º – O Vereador licenciado será remunerado pelo órgão requisitante. ”

Art. 2º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Emenda a Lei Orgânica do Município entra em vigor na data de sua publicação.

Monteiro, 17 de Março de 2007.

Mesa Diretora:

GIVALBÉRIO ALVES FERREIRA
Vereador Presidente
HELENO FERNANDES DE FREITAS
Vereador 1º Secretário
JOSÉ BEZERRA FILHO
Vereador 2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 017/2007.
(Publicada no M.O. Nº 122 de Fev/2007)

Dispõe sobre as datas de início e término da Sessão
Legislativa Ordinária Anual e dá outras providências.

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO
A SEGUINTE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:**

Art. 1º - O artigo 20 da Lei Orgânica do Município passa a vigor com a seguinte redação:

“Artigo 20 – A Sessão Legislativa Anual Ordinária desenvolve-se em dois períodos: de 1º de fevereiro a 30 de maio e de 1º de julho a 20 de dezembro, independente de convocação pessoal.”

Art. 2º - Esta norma terá termo inicial de vigência na data de sua publicação no Mensário Oficial do Município.

Monteiro, 09 de fevereiro de 2007.

Mesa Diretora:

GIVALBÉRIO ALVES FERREIRA
Vereador Presidente
HELENO FERNANDES DE FREITAS
Vereador 1º Secretário
JOSÉ BEZERRA FILHO
Vereador 2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 018/2007.
(Publicação no M.O. Nº 128 de Ago/2007)

Altera o Parágrafo 1º do Artigo 20 da
Lei Orgânica do Município de Monteiro.

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO
A SEGUINTE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:**

Art. 1º - O Parágrafo 1º do Artigo 20 da Lei Orgânica do Município passa a vigor com a seguinte redação:

“§ 1º As Reuniões marcadas para o período estabelecido no caput deste artigo, serão realizadas as Sextas -Feiras, a partir das 08:00 horas”.

Art. 2º - Esta norma terá termo inicial de vigência na data de sua publicação no Mensário Oficial do Município.

Monteiro, 18 de Agosto de 2007.

Mesa Diretora:

GIVALBÉRIO ALVES FERREIRA
Vereador Presidente
HELENO FERNANDES DE FREITAS
Vereador 1º Secretário
JOSÉ BEZERRA FILHO
Vereador 2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL nº 019/2009
(Publicada no M.O. de Fev/2009)

Altera o Parágrafo 1º do Artigo 20 da
Lei Orgânica do Município de Monteiro.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO APROVOU E ELA PROMULGA A SEGUINTE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:

Art. 1º - O parágrafo 1º do art. 20 da Lei Orgânica do Município passa a vigor com a seguinte redação:

“ § 1º . As reuniões marcadas para o período estabelecido no caput deste artigo, serão realizadas às quintas-feiras, a partir das 20:00 horas”.

Art. 2º - Esta norma terá termo inicial de vigência na data de sua publicação.

Monteiro, 16 de fevereiro de 2009.

Mesa Diretora:

INÁCIO TEIXEIRA DE CARVALHO
Presidente
PAULO SÉRGIO FERREIRA DE LIMA
1º Secretário
SEBASTIÃO NUNES NETO
2º Secretário

EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 020/2010

Altera o § 3º do art. 18 da Lei Orgânica Municipal

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monteiro-PB faz saber que o plenário aprovou e eu promulgo o seguinte Projeto de Emenda a Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º - O Parágrafo § 3º do art. 18 da Lei Orgânica Municipal passa a ter a seguinte redação:

“Art. 18.....”

“§ 3º A eleição para renovação da Mesa Diretora da Câmara será realizada obrigatoriamente na última sessão legislativa do biênio, ou em outra data por deliberação do plenário”.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário

Art. 3º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Monteiro, em 11 de novembro de 2010.

Mesa Diretora:

INÁCIO TEIXEIRA DE CARVALHO
Presidente
PAULO SÉRGIO FERREIRA DE LIMA
1º Secretário

SEBASTIÃO NUNES NETO
2º Secretário

EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 021/2010

Acrescenta ao art.67 da Lei Orgânica Municipal a palavra Urbana.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO-PB, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE PROJETO DE EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Art. 1º - O art. 67 da Lei Orgânica Municipal passa a ter a seguinte redação.

“Os Servidores lotados em repartições municipais localizadas na zona rural e urbana, não poderão ser transferidos para outras localidades sem que a transferência seja do seu interesse”.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário

Art. 3º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1 de agosto de 2010.

Monteiro, 06 de dezembro de 2010.

Mesa Diretora:

INÁCIO TEIXEIRA DE CARVALHO
Presidente

PAULO SÉRGIO FERREIRA DE LIMA
1º Secretário

SEBASTIÃO NUNES NETO
2º Secretário

EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 001/2011

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:

Art. 1º O artigo 10 da Lei Orgânica Municipal de Monteiro passará a ter a seguinte redação:

“**Art. 10** O número de vagas para Câmara Municipal do Município de Monteiro será o que determina a Constituição Federal no seu artigo 29, inciso IV, letra c.”.

§ **Único** – “A Câmara Municipal de Monteiro regulamentará sempre que houver alteração na legislação superior.”

Art. 2º Revogam-se disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após a sua aprovação.

Monteiro, 26 de agosto de 2011.

PAULO SÉRGIO FERREIRA DE LIMA
Vereador - Presidente

RAUL LAFAYETTE FORMIGA FIGUEIREDO
Vereador – 1º Secretário

INÁCIO TEIXEIRA DE CARVALHO
Vereador – 2º Secretário

ANEXO II

EMENDAS CONSTITUCIONAIS MUNICIPAIS DE REVISÃO

EMENDA DE REVISÃO À LOM N° 01, DE 2009 (PUBLICADA NO MÊS DE OUTUBRO/2009)

A Mesa da Câmara Municipal de Monteiro, nos termos do artigo 38 da Lei Orgânica do Município e da Resolução nº 152/2009, promulga a seguinte Emenda de Revisão:

Art. 1º. É retirada a expressão “até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais” e acrescentada a expressão “até o final do período ordinário no último ano da legislatura” do art. 16, que passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 16 - A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores será fixada pela Câmara Municipal até o final do período ordinário no último ano da legislatura, em moeda corrente no País, vigorando para a legislatura seguinte, observado o disposto na Constituição Federal”.

Art.2º. Fica revogado o § 1º do art. 16.

Art.3º. O art.17 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17 - No caso de não fixação da remuneração pela Câmara anterior prevalecerá à remuneração do último mês da legislatura passada, sendo este valor atualizado monetariamente pelo índice oficial”.

Art.3º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Monteiro, 15 de outubro de 2009.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO:

Inácio Teixeira de Carvalho
Presidente

Raul Lafayette Formiga Figueiredo
Vice Presidente

Paulo Sérgio Ferreira de Lima
1º Secretário

Sebastião Nunes Neto
2º Secretário

Redação Original

Art. 16* - A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores será fixada pela Câmara Municipal no último ano da legislatura, em moeda corrente no País, até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, vigorando para a legislatura seguinte, observado o disposto na Constituição Federal.

§ 1º - O subsídio dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais serão fixados de acordo com o que dispuser a Constituição Federal.

§ 2º - Os subsídios de que tratam o parágrafo anterior será fixada em parcela única, vedado o acréscimo de quaisquer gratificações, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

§ 3º - *Revogado;*

§ 4º - *Revogado;*

§ 5º - *Revogado;*

§ 6º - *Revogado;*

§ 7º - A indenização de despesas com viagens do Prefeito, Vice – Prefeito e Vereador, será fixada em Decreto Legislativo e não será considerada como remuneração.

Art. 17* - No caso de não fixação da remuneração pela Câmara anterior prevalecerá a remuneração do último mês da posse, sendo este valor atualizado monetariamente pelo índice oficial.

**EMENDA DE REVISÃO À LOM N° 02, DE 2009
(PUBLICADA NO MO DE OUTUBRO/2009)**

A Mesa da Câmara Municipal de Monteiro, nos termos do artigo 38 da Lei Orgânica do Município e da Resolução n° 152/2009, promulga a seguinte Emenda de Revisão:

Art. 1°. Acrescenta-se no § 3° do art. 18 a expressão “e o Regimento Interno definirá o processo para registro dos concorrentes aos cargos”. que passa a vigorar com a redação seguinte:

“§ 3° -A eleição para renovação da Mesa Diretora realizar-se-á obrigatoriamente na última sessão ordinária da sessão legislativa, empossando-se os eleitos em 1° de janeiro do ano subsequente e o Regimento Interno definirá o processo para registro dos concorrentes aos cargos”.

Art.2° Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Monteiro, 15 de outubro de 2009.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO:

Inácio Teixeira de Carvalho
Presidente

Raul Lafayette Formiga Figueiredo
Vice Presidente

Paulo Sérgio Ferreira de Lima
1° Secretário

Sebastião Nunes Neto
2° Secretário

Redação Original

§ 3° - A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á obrigatoriamente na última sessão ordinária da sessão legislativa, empossando-se os eleitos em 1° de janeiro do ano subsequente.

**EMENDA DE REVISÃO À LOM N° 03, DE 2009
(PUBLICADA NO MO DE OUTUBRO/2009)**

A Mesa da Câmara Municipal de Monteiro, nos termos do artigo 38 da Lei Orgânica do Município e da Resolução n° 152/2009, promulga a seguinte Emenda de Revisão:

Art. 1°. O art.26 passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 26 – O Presidente da Câmara, ou quem o substituir, manifestará o seu voto em qualquer votação no plenário”.

Monteiro, 15 de outubro de 2009.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO:

Inácio Teixeira de Carvalho
Presidente

Raul Lafayette Formiga Figueiredo
Vice Presidente

Paulo Sérgio Ferreira de Lima
1° Secretário

Sebastião Nunes Neto
2° Secretário

Redação Original

Art. 26* - O Presidente da Câmara, ou quem o substituir, somente manifestará o seu voto nas seguintes hipóteses:

- I – na eleição da Mesa Diretora;
- II – quando ocorrer empate em qualquer votação no plenário;
- III - Em qualquer votação contando-se a sua presença para efeito de quórum.

**EMENDA DE REVISÃO À LOM N° 04, DE 2009
(PUBLICAÇÃO NO MO DE OUTUBRO/2009)**

A Mesa da Câmara Municipal de Monteiro, nos termos do artigo 38 da Lei Orgânica do Município e da Resolução n° 152/2009, promulga a seguinte Emenda de Revisão:

Art.1°. Fica revogado o art.31.

Art.2° Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Monteiro, 15 de outubro de 2009.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO:

Inácio Teixeira de Carvalho
Presidente

Raul Lafayette Formiga Figueiredo
Vice Presidente

Paulo Sérgio Ferreira de Lima
1° Secretário

Sebastião Nunes Neto
2° Secretário

Redação Original

Art. 31 - O ex-Vereador aposentado ou pensionista que registrar candidatura a cargo eletivo no Município deverá, no ato do registro da candidatura, devolver aos cofres municipais o valor total recebido com aposentadoria ou pensão, desde o ato do benefício, corrigido monetariamente.

**EMENDA DE REVISÃO À LOM N° 05, DE 2009
(PUBLICADA NO MO DE OUTUBRO/2009)**

A Mesa da Câmara Municipal de Monteiro, nos termos do artigo 38 da Lei Orgânica do Município e da Resolução n° 152/2009, promulga a seguinte Emenda de Revisão:

Art.1°. O art. 72 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 72 – A publicação das leis e dos atos oficiais far-se-á em órgão oficial do município”.

Art.2°. O § 1° do art.72 passa a vigorar com a redação seguinte:

“§ 1°- Até a publicação em órgão de imprensa oficial do Município, a publicação poderá ser feita por afixação, em local próprio e de acesso público na sede da Prefeitura ou na Câmara Municipal”.

Art.3° Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Monteiro, 15 de outubro de 2009.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO:

Inácio Teixeira de Carvalho
Presidente

Raul Lafayette Formiga Figueiredo
Vice Presidente

Paulo Sérgio Ferreira de Lima
1° Secretário

Sebastião Nunes Neto
2° Secretário

Redação Original

Art. 72 - A publicação das leis e dos atos municipais far-se-á em órgão oficial ou em órgãos da imprensa local e regional.

§ 1° - No caso de não haver órgãos de imprensa no Município, a publicação será feita por afixação, em local próprio e de acesso público na sede da Prefeitura ou na Câmara Municipal.

**EMENDA DE REVISÃO À LOM N° 06, DE 2009
(PUBLICADA NO MO DE OUTUBRO/2009)**

A Mesa da Câmara Municipal de Monteiro, nos termos do artigo 38 da Lei Orgânica do Município e da Resolução n° 152/2009, promulga a seguinte Emenda de Revisão:

Art.1°. O art.82 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82 – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas à Câmara Municipal, inclusive os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão entregues no prazo estabelecido pela Constituição Federal”.

Art.2° Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Monteiro, 15 de outubro de 2009.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO:

Inácio Teixeira de Carvalho
Presidente

Raul Lafayette Formiga Figueiredo
Vice Presidente

Paulo Sérgio Ferreira de Lima
1° Secretário

Sebastião Nunes Neto
2° Secretário

Redação Original

Art. 82 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas à Câmara Municipal, inclusive os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão entregues até 48 (quarenta e oito) horas após o crédito em conta do Município, na forma do que dispuser a lei.

**EMENDA DE REVISÃO À LOM N° 07, DE 2009
(PUBLICAÇÃO NO MO DE OUTUBRO/2009)**

A Mesa da Câmara Municipal de Monteiro, nos termos do artigo 38 da Lei Orgânica do Município e da Resolução n° 152/2009, promulga a seguinte Emenda de Revisão:

Art. 1°. É Suprimido o Parágrafo Único do art. 84.

Art.2°. O art.87 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 87- A Câmara Municipal poderá ter a sua própria contabilidade e a sua própria tesouraria”.

Art.3° É suprimida o Parágrafo Único do art. 87.

Art.4°. Esta Emenda entra em vigor na data da sua publicação.

Monteiro, 15 de outubro de 2009.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO:

Inácio Teixeira de Carvalho
Presidente

Raul Lafayette Formiga Figueiredo
Vice Presidente

Paulo Sérgio Ferreira de Lima
1° Secretário

Sebastião Nunes Neto
2° Secretário

Redação Original

Art. 84 - As receitas e as despesas orçamentárias serão movimentadas através de caixa único, regularmente instituído.

Parágrafo Único - A Câmara Municipal poderá ter a sua própria tesouraria, por onde movimentará os recursos que lhe forem liberados.

Art. 87 - A Câmara Municipal poderá ter a sua própria contabilidade.

Parágrafo Único - A contabilidade da Câmara Municipal encaminhará as suas demonstrações até o dia 15 (quinze) de cada mês, para fins de incorporação à contabilidade central da Prefeitura.

**EMENDA DE REVISÃO À LOM N° 08, DE 2009
(PUBLICADA NO MO DE OUTUBRO/2009)**

A Mesa da Câmara Municipal de Monteiro, nos termos do artigo 38 da Lei Orgânica do Município e da Resolução n° 152/2009, promulga a seguinte Emenda de Revisão:

Art. 1°. É revogado o Art.7° do Ato das Disposições Transitórias.

Art.2°. Esta Emenda entra em vigor na data da sua publicação.

Monteiro, 15 de outubro de 2009.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO:

Inácio Teixeira de Carvalho
Presidente

Raul Lafayette Formiga Figueiredo
Vice Presidente

Paulo Sérgio Ferreira de Lima
1° Secretário

Sebastião Nunes Neto
2° Secretário

Redação Original

Art. 7° - O Município custeará o transporte de estudantes universitários para a Faculdade de Formação de Professores de Arcoverde, Pernambuco, incluindo-se combustível e manutenção de veículo.

**EMENDA DE REVISÃO À LOM N° 09, DE 2009
(PUBLICADA NO MO DE OUTUBRO/2009)**

A Mesa da Câmara Municipal de Monteiro, nos termos do artigo 38 da Lei Orgânica do Município e da Resolução n° 152/2009, promulga a seguinte Emenda de Revisão:

Art. 1°. Fica alterado o parágrafo 1° do art.18 da Lei Orgânica do Município que passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo 1°- O Mandato da Mesa Diretora será de 02 (dois) anos podendo ser reconduzidos seu membros através do processo de reeleição”.

Art.2°. Esta Emenda entra em vigor na data da sua publicação.

Monteiro, 15 de outubro de 2009.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO:

Inácio Teixeira de Carvalho
Presidente

Raul Lafayette Formiga Figueiredo
Vice Presidente

Paulo Sérgio Ferreira de Lima
1° Secretário

Sebastião Nunes Neto
2° Secretário

Redação Original

§ 1° - O mandato da mesa diretora será de 02(dois) anos, podendo ser reconduzido seus membros através do processo de reeleição, nos mesmos moldes da eleição inicial.

**EMENDA DE REVISÃO À LOM N° 10, DE 2009
(PUBLICADA NO MO DE NOVEMBRO/2009)**

A Mesa da Câmara Municipal de Monteiro, nos termos do artigo 38 da Lei Orgânica do Município e da Resolução n° 152/2009, promulga a seguinte Emenda de Revisão:

Art. 1°. Fica acrescido o Parágrafo Único ao art.5°.

Art.5°

“Parágrafo Único- Considera-se o dia 28 de junho como a data magna do município”.

Art.2°. Esta Emenda entra em vigor na data da sua publicação.

Monteiro, 5 de novembro de 2009.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO:

Inácio Teixeira de Carvalho
Presidente

Raul Lafayette Formiga Figueiredo
Vice Presidente

Paulo Sérgio Ferreira de Lima
1° Secretário

Sebastião Nunes Neto
2° Secretário

**EMENDA DE REVISÃO À LOM N° 11, DE 2009
(PUBLICADA NO MO DE NOVEMBRO/2009)**

A Mesa da Câmara Municipal de Monteiro, nos termos do artigo 38 da Lei Orgânica do Município e da Resolução n° 152/2009, promulga a seguinte Emenda de Revisão:

Art. 1°. Os artigos 1°, 2°, 3° e 4° do Ato das Disposições Transitórias passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1° - A revisão da Lei Orgânica será realizada após as revisões das Constituições Federal e Estadual ou pela necessidade de adequação a estes diplomas”.

“Art. 2° - O Município promoverá edição popular do texto da Lei Orgânica, com distribuição gratuita às escolas municipais, bibliotecas, universidades, demais órgãos e entidades públicas”.

“Art. 3° - A Câmara Municipal criará, dentro de noventa dias contados da promulgação desta Lei, uma comissão para apresentar estudos sobre as implicações da nova Lei Orgânica e de legislação complementar”.

“Art. 4° - O Poder Executivo terá o prazo de dois anos a partir da publicação desta lei para implantar o Sistema Municipal de Ensino”.

Art.2°. Esta Emenda entra em vigor na data da sua publicação.

Monteiro, 5 de novembro de 2009.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO:

Inácio Teixeira de Carvalho
Presidente

Raul Lafayette Formiga Figueiredo
Vice Presidente

Paulo Sérgio Ferreira de Lima
1° Secretário

Sebastião Nunes Neto
2° Secretário

Redação Original

Art. 1° - O Prefeito Municipal e os membros da Câmara Municipal prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica do Município, no ato e na data de sua promulgação.

Art. 2º - O Município, por decreto do Poder Executivo, oficializará a feira livre semanal da cidade para os dias de Sexta-feira e Sábado.

Art. 3º - O Poder Executivo transformará o prédio desativado da Estação Rodoviária, localizado no Alto de São Vicente, em praça pública ou Mercado Coberto.

Art. 4º - O Município, a partir de 1º de janeiro de 1991, não custeará despesas com aluguel, combustível, taxas de água, luz e telefone ou despesas de material para órgãos da administração estadual ou federal, salvo, quando houver convênio celebrado com cláusula estabelecida.

**EMENDA DE REVISÃO À LOM N° 12, DE 2009
(PUBLICADA NO MO DE NOVEMBRO/2009)**

A Mesa da Câmara Municipal de Monteiro, nos termos do artigo 38 da Lei Orgânica do Município e da Resolução n° 152/2009, promulga a seguinte Emenda de Revisão:

Art. 1°. O art. 123 passará a ter a seguinte redação:

“Art. 123 - O Município manterá prioritariamente o ensino fundamental, com a aplicação de recursos na ordem mínima imposta pela Constituição Federal, mas não se excluirá de subvencionar o ensino médio e superior”.

Parágrafo Único – A Secretaria de Educação enviará anualmente à Câmara Municipal:

- I – o número de alunos matriculados;
- II – o número de alunos aprovados, reprovados e desistentes;
- III – o IDEB das escolas municipais.

Art.2°. Esta Emenda entra em vigor na data da sua publicação.

Monteiro, 5 de novembro de 2009.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO:

Inácio Teixeira de Carvalho
Presidente

Raul Lafayette Formiga Figueiredo
Vice Presidente

Paulo Sérgio Ferreira de Lima
1° Secretário

Sebastião Nunes Neto
2° Secretário

Redação Original

Art. 123 - O Município manterá escolas de 2ª Fase do 1º Grau nas comunidades rurais, como também subvencionará escolas de 2º Grau e Nível Superior.

Parágrafo Único - Nas escolas rurais aplicar-se-á currículos profissionalizantes preferencialmente com técnicas agrícolas.

**EMENDA DE REVISÃO À LOM N° 13, DE 2009
(PUBLICADA NO MO DE NOVEMBRO/2009)**

A Mesa da Câmara Municipal de Monteiro, nos termos do artigo 38 da Lei Orgânica do Município e da Resolução n° 152/2009, promulga a seguinte Emenda de Revisão:

Art. 1°. Fica acrescentado o Parágrafo Único ao art.37 com a seguinte redação:

Art. 37 -

“Parágrafo Único – Lei Complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis definidas no caput deste artigo”.

Art.2°. Esta Emenda entra em vigor na data da sua publicação.

Monteiro, 5 de novembro de 2009.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO:

Inácio Teixeira de Carvalho
Presidente

Raul Lafayette Formiga Figueiredo
Vice Presidente

Paulo Sérgio Ferreira de Lima
1° Secretário

Sebastião Nunes Neto
2° Secretário

**EMENDA DE REVISÃO À LOM N° 14, DE 2009
(PUBLICADA NO MO DE NOVEMBRO/2009)**

A Mesa da Câmara Municipal de Monteiro, nos termos do artigo 38 da Lei Orgânica do Município e da Resolução n° 152/2009, promulga a seguinte Emenda de Revisão:

Art. 1°. O art. 111 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 111 - O Município criará para subsídio, cooperação e controle os conselhos municipais”:

- I – Da Criança e do Adolescente;
- II – Da Saúde;
- III – Da Educação;
- IV – Do Consumidor;
- V – Tutelar;
- VI – Do Turismo

§ 1° - Os conselhos municipais funcionarão de forma independente da Administração Municipal, sendo que a participação nos mesmos será considerada de caráter público relevante, exercida gratuitamente, à exceção dos Conselheiros Tutelares, cujo exercício de mandato será remunerado, nos termos estabelecidos em Lei Municipal, em consonância com lei federal.

§ 2° - Na composição dos Conselhos Municipais, fica assegurada a representatividade dos Poderes Executivo e Legislativo e da sociedade civil organizada, limitada esta ao limite da concorrência e objetivos dos Conselhos.

§ 3° - Será atendida na composição dos conselhos municipais a paridade entre o estado e a sociedade civil.

Art.2°. Esta Emenda entra em vigor na data da sua publicação.

Monteiro, 5 de novembro de 2009.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO:

Inácio Teixeira de Carvalho
Presidente

Raul Lafayette Formiga Figueiredo
Vice Presidente

Paulo Sérgio Ferreira de Lima
1° Secretário

Sebastião Nunes Neto
2° Secretário

ANEXO III

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 163 DE 10 DE JANEIRO DE 2013.

**Dá nova redação ao artigo
35 da Lei Orgânica do
Município.**

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO-PB, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO.

Art. 1º - O artigo 35 da Lei Orgânica do Município passa a ter a seguinte redação:

Art. 35 - O vereador poderá licenciar-se:

I – por motivo de saúde, devidamente comprovado por junta médica oficial sediada no Município, desde que o período seja superior a 121 dias;

II – Para tratar de interesse particular;

§ 1º - Nos casos previstos nos incisos I e II, não poderá o vereador reassumir antes que tenha escoado o prazo de sua licença.

§ 2º - Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o vereador licenciado nos termos do inciso I.

§ 3º - O vereador investido no cargo de Secretário Municipal do Município de Monteiro será considerado automaticamente licenciado, podendo optar pela remuneração da vereança.

§ 4º - O afastamento para o desempenho de missões temporárias de interesse do Município não será considerado como licença, fazendo o vereador jus à remuneração.

§ 5º - O Vereador licenciado será remunerado pelo órgão requisitante. (ELO 016/2007)

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Monteiro, 10 de janeiro de 2013.

GIVALBÉRIO ALVES FERREIRA
Presidente

IDERVALDO CAMPOS BELIZ
Vice-Presidente

RAUL LAFAYETTE FORMIGA FIGUEIREDO
1º Secretário

JOSÉ ROBERTO C. BEZERRA
2º Secretário

RESOLUÇÃO N° 165/2013

Dá nova redação ao parágrafo 3° do artigo 18 da Lei Orgânica do Município.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO-PB, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO.

Art. 1° . O parágrafo 3° do art. 18 da Lei Orgânica do Município passa a ter a seguinte redação:

“§ 3° A eleição para renovação da Mesa Diretora da Câmara será realizada a qualquer tempo mediante convocação da Mesa Diretora por Requerimento de no mínimo um terço dos membros deste Poder Legislativo”.

Art. 2° . Revolgam-se as disposições em contrário.

Art. 3° . Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Monteiro, 11 de julho de 2013.

GIVALBÉRIO ALVES FERREIRA
Presidente

RAUL LAFAYETTE FORMIGA FIGUEIREDO
1° Secretário

JOSÉ ROBERTO CORDEIRO BEZERRA
2° Secretário

EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 015/2010

Altera o § 3º do art. 18 da Lei Orgânica Municipal.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO-PB, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE PROJETO DE EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Art. 1º - O Parágrafo 3º do art 18 da Lei Orgânica Municipal passa a ter a seguinte redação.

Art. 18

“§ 3º A eleição para renovação da Mesa Diretora da Câmara será realizada obrigatoriamente na última sessão legislativa do biênio, ou em outra data por deliberação do plenário”.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário

Art. 3º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Monteiro, em 11 de novembro de 2010.

Mesa Diretora:

INÁCIO TEIXEIRA DE CARVALHO
Presidente

PAULO SÉRGIO FERREIRA DE LIMA
1º Secretário

SEBASTIÃO NUNES NETO
2º Secretário

EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 016/2010

Acrescenta ao art. 67 da Lei Orgânica Municipal a palavra urbana.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO-PB, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE PROJETO DE EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Art. 1º - O art. 67 da Lei Orgânica Municipal passa a ter a seguinte redação.

“Os Servidores lotados em repartições municipais localizadas na zona rural e urbana, não poderão ser transferidos para outras localidades sem que a transferência seja do seu interesse”.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário

Art. 3º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1 de agosto de 2010.

Monteiro, 06 de dezembro de 2010.

Mesa Diretora:

INÁCIO TEIXEIRA DE CARVALHO
Presidente

PAULO SÉRGIO FERREIRA DE LIMA
1º Secretário

SEBASTIÃO NUNES NETO
2º Secretário